



Quilombo



Em Santarém (PA), Dileudo Guimarães, sua filha Dilena e seu neto Diogo são herdeiros da resistência quilombola

DIREITO À TRADIÇÃO

Comunidades quilombolas lutam por reconhecimento



80 TIROS POR ENGANO

Operação desastrosa do Exército resultou na morte do músico Evaldo Rosa e do catador Luciano Macedo, em Guadalupe, na zona norte do Rio. As vítimas foram alvejadas por 80 tiros disparados por uma patrulha, que teria confundido o carro onde estava a família do músico com o de criminosos que, minutos antes, haviam praticado um assalto nas redondezas. O motorista morreu no local; o catador Macedo, que passava a pé, também foi atingido e morreu dias depois. Onze militares continuavam detidos até o fim de abril.

RADIS

edição 200 . maio 2019

capa: foto de Eduardo de Oliveira

EDITORIAL

3 Vozes do quilombo

4 VOZ DO LEITOR

5 SÚMULA

ENTREVISTA

10 Maria do Socorro Souza:
"Participação é princípio ético"

MINERAÇÃO

12 No meio do caminho,
tinha uma mineradora

CAPA | QUILOMBOLAS

16 Quilombo livre
23 Guardiões da ancestralidade

PABA+40

29 Cooperação Sul-
Sul no mapa global

31 Saúde e qualidade de vida

EXPOSIÇÃO

32 Do teu saudoso Oswaldo

34 SERVIÇO

PÓS-TUDO

35 A usurpação do interesse
público na Democracia
Tupiniquim

Vozes do quilombo

No momento em que o desmatamento e a monocultura do agronegócio avançam sobre as florestas remanescentes, que a mineração predatória cobiça novas áreas de exploração e corredores de exportação de matérias primas ignoram laudos socioambientais, ouvir as populações atingidas em seus territórios, sua economia e suas culturas por grandes empreendimentos é um papel essencial da comunicação pública. É uma forma de assegurar o direito de expressão dos grupos mais vulneráveis e invisibilizados e oferecer à reflexão da sociedade outras visões sobre desenvolvimento sustentável pouco frequentes na mídia comercial e monopolizada.

Existem 3.271 comunidades remanescentes de quilombos no Brasil, segundo levantamento da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), sendo 83% delas (2.729) certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP), atualmente ligada ao Ministério da Cidadania. O problema é que apenas 241 obtiveram o título definitivo de suas terras outorgado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o que gera insegurança jurídica e tensão no campo, abrindo espaço para o aumento da violência contra as comunidades tradicionais, algumas centenárias na ocupação de seus territórios, e para a destruição do meio ambiente por elas preservado.

No Pará, o repórter Luiz Felipe Stevanim e o fotógrafo Eduardo de Oliveira conversaram com representantes da Federação das Organizações Quilombolas de Santarém (FOQS) e percorreram áreas em que vivem indígenas, quilombolas e ribeirinhos, onde grandes projetos têm sido implantados sem a consulta às populações tradicionais e sem maiores preocupações com a preservação ambiental e com o modo de produção econômica e vida local. Quem atravessa o Planalto Santarémense rumo ao Quilombo Bom Jardim só avista campos de soja. Só nas proximidades da terra quilombola ressurgem a floresta e os igarapés preservados, hortas e plantios de subsistência. Ribeirinhos, que vivem da pesca, e a população, que utiliza a água dos rios para consumo, sentem o impacto da contaminação por agrotóxicos.

A luta contra a construção de um porto para escoamento de grãos e minério no Lago de Maicá, santuário ecológico em torno do qual se vive da pesca, extrativismo do cupuaçu e do cumaru, da agricultura familiar e do cultivo de milho, mandioca, jerimum, melancia e banana, em coexistência com a manutenção da floresta, tornou-se um símbolo da resistência das comunidades remanescentes de quilombos. O estudo ambiental apresentado à Secretaria de estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará pela empresa interessada

na construção do porto informava que não foram encontradas “populações tradicionais legalmente reconhecidas”, para justificar não ter ouvido sobre os impactos socioambientais, como é obrigatório, nenhuma das 12 comunidades quilombolas de Santarém, todas reconhecidas pelo Estado brasileiro, por meio da Fundação Palmares.

Em 2016, a Justiça Federal suspendeu a obra do complexo portuário, em caráter liminar, atendendo a pedidos do Ministério Público Federal (MPF) e Estadual (MPE-PA). Mas, em dezembro de 2018, um novo Plano Diretor do Município de Santarém foi aprovado passando a considerar a rica região em biodiversidade do Maicá como área portuária, o que reacendeu a disputa e o questionamento sobre a consulta prévia, livre e informada às populações locais, garantida pela convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, da qual o Brasil é signatário. Por contrariar poderosos interesses econômicos com a luta para impedir o avanço da soja e mineração sobre a floresta e a construção do complexo portuário em terras quilombolas, as lideranças dos povos tradicionais relatam ameaças de morte.

Nesta 200ª edição da Revista *Radis*, que mantém o compromisso iniciado em 1982 pelo Programa Radis da Escola Nacional de Saúde Sergio Arouca (e da Fiocruz) com a saúde e a democracia, saiba também sobre o retrocesso na política governamental para o combate ao tabagismo e redução de seus efeitos nocivos à saúde; os cortes de quase metade do orçamento do Ministério da Ciência & Tecnologia, Inovações e Comunicações, duramente criticado pela comunidade científica nacional e internacional; o resultado da pesquisa que constatou a contaminação da água de um em cada quatro municípios do país por agrotóxicos; as mudanças que podem comprometer a abrangência, qualidade e continuidade de séries históricas do Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); o adiamento da 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena; um balanço das consequências do crime socioambiental da mineradora Vale, em Brumadinho (MG), e o risco de novos desastres; um informe sobre a Conferência de Alto nível das Nações Unidas sobre a Cooperação Sul-Sul e Triangular (PABA+40), que firmou compromissos de cooperação e lamentou o fim da União de Nações Sul-Americanas (Unasul); a fusão da TV Brasil com a NBR, que deve colocar fim à incipiente experiência de comunicação pública na televisão do país; e as ameaças à participação da sociedade na construção de políticas públicas e à democracia participativa, concomitante com a representativa, previstas na Constituição de 1988. 

■ **ROGÉRIO LANNES ROCHA** COORDENADOR E EDITOR-CHEFE DO PROGRAMA RADIS

SUA OPINIÃO

Para assinar, sugerir pautas e enviar a sua opinião, acesse um dos canais abaixo

E-mail radis@ensp.fiocruz.br Tel. (21) 3882-9118 End. Av. Brasil, 4036, Sala 510 Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ CEP 21040-361



www.radis.ensp.fiocruz.br



[/RadisComunicacaoeSaude](https://www.facebook.com/RadisComunicacaoeSaude)



[flickr.com/photos/radiscomunicacaoeSaude](https://www.flickr.com/photos/radiscomunicacaoeSaude)

VIDA E MORTE NAS REDES SOCIAIS

Sei que o foco da *Radis* não é saúde mental, mas gostaria, se possível, de uma matéria que abordasse a espetacularização dos suicídios (pessoas que fazem *lives* ou postagens mostrando ou relatando o próprio suicídio para uma plateia virtual sedenta e passiva) e atentados nas redes sociais (como ocorreu na Nova Zelândia, onde o terrorista transmitiu ao vivo o massacre para o Youtube), bem como o efeito de contágio desses atos, que acabam tendo uma conotação heroica e estimulando fatos semelhantes. A busca pela fama instantânea, nem que seja por meio de uma tragédia ou da própria vida, leva pessoas a se omitirem de socorrer uma vítima que agoniza, priorizando filmar e compartilhar a agonia dela, tal como aconteceu no acidente envolvendo o jornalista Ricardo Boechat, quando uma mulher sozinha tentava socorrer o caminhoneiro e vários homens, ao invés de ajudarem, ficaram apenas filmando. Em suma, é algo que muito tem me preocupado, assim como a muitas pessoas que tentam entender esse fenômeno, e agradeceria se a revista abordasse o tema.

Aponira Farias, Recife, PE

Excelente sugestão, Aponira. O suicídio já foi tema de reportagem da edição 193 (<https://bit.ly/2UwdU1V>), mas voltaremos ao assunto a partir deste enfoque em breve!

MULHERES NA CIÊNCIA

Sou assinante da *Radis* e aprecio muito a abordagem dos assuntos tratados na revista. Como professora na Escola Técnica do Centro Paula Souza (ETEC), no primeiro dia de aula, apresento aos meus alunos esse material, que considero de grande importância para construção de repertório argumentativo com credibilidade. Além disso, é gratuita, o que nos ajuda muito, uma vez que estamos na rede pública de ensino e a maior parte dos alunos são carentes. Na edição 198, senti falta da pesquisadora Joana D’Arc Félix de Sousa na matéria “Ciência, lugar de mulher”. Mas encontrei outras mulheres maravilhosas que, bravamente, enfrentam os desafios impostos pela condição de mulher na Ciência e pelo país, que dificulta os investimentos para a pesquisa. Sugiro voltarem ao tema apresentando esta mulher fantástica! Também gostaria de sugerir como pauta o câncer de mama. Parece banal, mas não é. E como o assunto é negligenciado! Estou me tratando no hospital de Barretos, interior de São

Paulo, conhecido como hospital de amor. O nome é simplesmente perfeito! Somos tratados com todo amor e respeito por todos os funcionários, enfermeiros, médicos, voluntários e apoiadores do hospital. O lugar é sinônimo de esperança para quem tem a doença. Tudo pelo SUS!

Patrícia Capelatto, Franca, SP

Olá, Patrícia, obrigado por suas sugestões! As mulheres têm seu lugar garantido na equipe e na pauta da *Radis*. Incluímos a pesquisadora Joana Felix na nossa lista de fontes para futuras matérias. Em breve, você vai poder conferir uma reportagem sobre mulheres que enfrentaram e venceram o câncer de mama e que se reúnem em Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro.

ALZHEIMER

Gostaria de agradecer vocês terem vindo até a mim e me possibilitar falar um pouco da doença do meu pai.

Rosângela Silva, Rio de Janeiro, RJ

Eu gostei muito como vocês descreveram uma situação tão delicada. Parabéns a todos os envolvidos na matéria!

Abraão Correia, Rio de Janeiro, RJ

Excelente a reportagem sobre Alzheimer. Pela primeira vez, vi um médico preocupado com o cuidador.

Ana Heloisa Arnaut, Belo Horizonte, MG

Tive o prazer de ser entrevistada pela *Radis* para a matéria sobre os cuidadores de Alzheimer. Amei, a matéria está perfeita!! Enfim a nossa dor saiu na revista.

Eliana Pereira, Rio de Janeiro, RJ

Rosângela, Abraão, Ana e Eliana, muito obrigado pelo retorno!

PREVIDÊNCIA E CRISE

Reconheço a *Radis* como importante veículo de informação, com matérias atuais e que acompanham a sociedade brasileira. Sou leitor há muitos anos e espero ansioso por cada edição. Parabéns pela súmula que trata da reforma da Previdência, proposta pelo governo federal, muito clara e objetiva, sem rodeios e apartidária — ainda não tinha lido algo tão claro sobre a proposta. É importante, em tempos de fake news e polarização, ter acesso a conteúdos éticos. Sugiro uma matéria sobre os impactos das crises governamentais sobre as políticas públicas para a saúde e a educação.

André Marcos, Rio de Janeiro, RJ

André, obrigado pelo contato e pela sugestão!

EXPEDIENTE

RADIS® é uma publicação impressa e online da Fundação Oswaldo Cruz, editada pelo Programa Radis de Comunicação e Saúde, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca.

FIOCRUZ
Nísia Trindade
Presidente

ENSP
Hermano Castro
Diretor

PROGRAMA RADIS

Rogério Lannes Rocha
Coordenador e editor-chefe
Justa Helena Franco
Subcoordenadora

REDAÇÃO
Adriano De Lavor
Editor
Bruno Dominguez
Subeditor

Reportagem
Ana Cláudia Peres, Elisa Batalha, Liseane Morosini, Luiz Felipe Stevanim, Eduane Pereira e Rodrigo Reis (estágio supervisionado)

Arte
Felipe Plauska e Mariana Carvalho (estágio supervisionado)

DOCUMENTAÇÃO
Jorge Ricardo Pereira
Eduardo de Oliveira (fotografia)

ADMINISTRAÇÃO
Fábio Lucas, Natalia Calzavara e Tainá Menezes (estágio supervisionado)

ASSINATURAS
Assinatura grátis (sujeita a ampliação) Periodicidade mensal Impressão Rotaplan Tiragem 118.600 exemplares

SUO DA INFORMAÇÃO
Textos podem ser reproduzidos, citada a fonte original.



Baixar imposto do cigarro é retrocesso

Choveram críticas à proposta do ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, de criar um grupo de trabalho para baixar impostos dos cigarros para inibir a compra de produtos contrabandeados do Paraguai. A medida, anunciada no Diário Oficial em 25 de março, foi rechaçada em carta aberta assinada por 50 entidades do Brasil, Estados Unidos, Peru, Colômbia, Bolívia, Equador, Uruguai, Argentina e Costa Rica. Publicada três dias depois no site da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), a carta lembra que estudos nacionais e internacionais e a bem-sucedida experiência brasileira mostram que “o aumento de preços e impostos é considerado a medida mais custo-efetiva para prevenção e redução de consumo de cigarros”. Além disso, a Sociedade Brasileira de Cardiologia enviou um ofício aos ministérios da Justiça e da Saúde pedindo a imediata revogação da portaria por representar “um retrocesso para aqueles que verdadeiramente se preocupam com a saúde” (15/4).

A medida foi questionada em audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado e provocou reação contrária de parlamentares, como José Serra (PSDB-SP), que classificou a medida como “equivocada e contraproducente”. “Vai elevar o consumo de tabaco no Brasil, aumentando o número de mortes relacionadas com o cigarro”, declarou o senador à revista Exame (1/4). No mesmo dia, o ministro da Saúde, Luiz Henrique

Mandetta, presente à comissão de Assuntos Sociais do Senado, demonstrou contrariedade com a proposta, ao prever “um baita problema para a saúde básica”. “Pode ser uma coisa ruim”, declarou o ministro, como informou O Globo (3/4). Em artigo publicado no site Jornalistas Livres (29/3), Eugênio Aragão, ex-ministro da Justiça, disse que a proposta é “indecente e imoral” e favorável à indústria do tabaco. “A solução virá com uma ação mais contundente contra o contrabando”, observou.

O aumento progressivo de impostos sobre o cigarro foi adotado entre 2011 e 2016 e levou a uma efetiva queda nos índices de consumo do tabaco no país. Em um vídeo publicado (1/4) no Facebook, o médico Drauzio Varela foi enfático e atacou duramente a proposta e o setor: “Existe cigarro de boa qualidade? Existe câncer de pulmão de boa qualidade? A indústria tabaqueira, que é a indústria mais criminosa da história do capitalismo universal, quer baixar o preço do cigarro para que os pobres tenham acesso e fumem mais do que fumam hoje”, alertou.

Após críticas de entidades e parlamentares, Moro afirmou (27/3) que a medida será descartada se implicar no aumento do consumo de cigarro, como registrou o site do Valor (27/3). O grupo de trabalho que irá formular a proposta será formado por representantes da Polícia Federal, Secretaria Nacional do Consumidor e Assessoria Especial.

QUANTOS FUMAM NO BRASIL

- **AUMENTO DE 10% NO PREÇO DO CIGARRO DIMINUI CONSUMO EM 8% EM PAÍSES DE BAIXA E MÉDIA RENDA, COMO O BRASIL**
- **R\$ 56,9 BILHÕES POR ANO NO PAÍS É VO CUSTO DO TABAGISMO NO BRASIL**
- **CUSTO EQUIVALE A QUASE 1% DO PIB ANUAL É 4 VEZES SUPERIOR À ARRECADAÇÃO COM OS TRIBUTOS SOBRE PRODUTOS DE TABACO NO MESMO PERÍODO**
- **O FUMO MATA 4,9 MILHÕES DE PESSOAS POR ANO**
- **SERÃO 10 MILHÕES EM 2030 E**
- **70% DESSAS MORTES VÃO OCORRER NOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO**
- **QUEM FUMA TEM UM RISCO DUAS A TRÊS VEZES MAIOR DE SOFRER AVC, INFARTO E DOENÇA VASCULAR PERIFÉRICA**



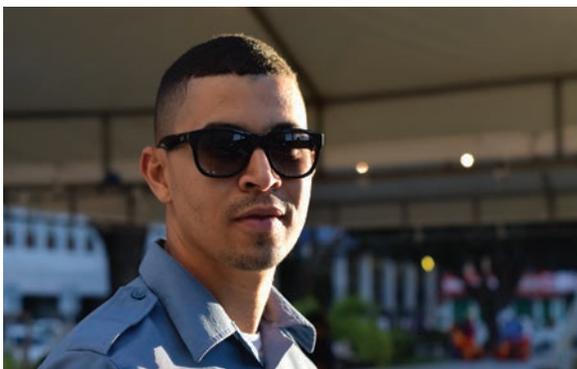
Fonte: Ministério da Saúde

Ciência: cortes ameaçam vida

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e outras cinco entidades científicas e acadêmicas nacionais divulgaram em conjunto um manifesto no dia primeiro de abril criticando corte de 42,27% no orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). O documento que faz críticas ao corte recebeu apoio de diversas sociedades científicas. No texto, as entidades alertam que o contingenciamento de 42,27% nas despesas de investimento do MCTIC, anunciado pelo Ministério da Economia no dia 29 de março “inviabiliza o desenvolvimento científico e tecnológico do País”.

O Decreto 9.741, assinado pelo presidente da República e publicado no Diário Oficial da União (DOU), contendo a programação orçamentária e financeira para o ano, prevê o bloqueio de R\$ 2 bilhões e 158 milhões do valor definido na Lei Orçamentária Anual (LOA). O documento, elaborado em conjunto com a Academia Brasileira de Ciências, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e outras foi encaminhado aos ministros Marcos Pontes (MCTIC), Almirante Bento Costa Lima Leite (Minas e Energia), Paulo Guedes (Economia) e Onyx Lorenzoni (Casa Civil) e também ao presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre, e ao presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia.

As entidades alertam que o Decreto “atingiu em cheio a ciência e a inovação tecnológica no Brasil, prejudicando a qualidade de vida da população brasileira e eliminando, por um longo período de tempo, a possibilidade de protagonismo internacional do País”. O texto destaca como fundamental uma ação conjunta e maciça de toda a comunidade científica para pressionar o governo a reverter o contingenciamento. O documento na íntegra pode ser acessado em <https://bit.ly/2IKjOXD>



ERRAMOS: O guarda municipal de Aracaju Leandro Martins foi erroneamente identificado na Radis 199. Pedimos desculpas.

Comida para 10 bilhões

Como alimentar, na década de 2050, uma população de 10 bilhões de pessoas com qualidade nutricional, diversidade de produção e sustentabilidade? Em cartaz até 15 de outubro de 2019 no Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro, a exposição “Pratodomundo – Comida para 10 bilhões”, que alerta para o paradoxo entre a fome e a obesidade e apresenta alternativas na busca por menos desigualdade e mais resultados positivos na preservação da biodiversidade. Saiba mais: <https://bit.ly/2Xj5Oa0>



Fome no mundo

113 milhões de pessoas de 53 países sofreram “insegurança alimentar aguda” em 2018, registra um relatório global da ONU sobre a crise alimentar divulgado dia 2 de abril. Segundo o documento, o problema afeta principalmente o continente africano, onde quase 72 milhões de pessoas são afetadas pela fome extrema. Acesse o sumário do relatório em <https://bit.ly/2TLwHRL>.

Um drink de veneno

Um em cada quatro municípios brasileiros tem água contaminada por agrotóxicos, apontam dados contabilizados pelo Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano, do Ministério da Saúde, entre 2014 a 2017. O número pode ser ainda pior, já que do universo de 5.570 cidades no país, 2.931 não realizaram nenhum teste nesse período. Os dados foram fornecidos pelas companhias de abastecimento, obrigadas a testar a presença de 27 pesticidas. Em 1.396 municípios foram detectados todos eles, sendo 16 considerados extremamente ou altamente tóxicos pela Anvisa, enquanto 11 estão associados a problemas como disfunções hormonais e reprodutivas, malformação fetal e câncer.

Depressão não tem graça

A discussão sobre depressão tomou força nas redes sociais em abril após o desabafo publicado pelo humorista Whindersson Nunes sobre o que vem enfrentando nos últimos anos. “Eu sinto uma angústia todos os dias, algumas risadas, algumas brincadeiras e depois lá estou eu de novo com esse sentimento ruim”, escreveu no Twitter, no dia 12. Naquele dia, ele reconheceu que, apesar das conquistas profissionais, não sentia vontade de viver. “Desculpe, eu precisava falar pra alguém”, relatou para os 11 milhões de seguidores. A revelação do humorista ganhou espaço em outras redes sociais e também na imprensa. A repercussão foi positiva não somente por ajudar Whindersson — que recebeu inúmeros apoios de fãs e de outros famosos — mas também por chamar atenção para a doença que afeta 4,4% da população mundial e 5,8% dos brasileiros, em espaço onde normalmente não são tratadas as vulnerabilidades humanas. Whindersson Nunes é uma das celebridades brasileiras mais influentes na Internet. Além dos 11 milhões de seguidores no Twitter e 30 milhões no Instagram, ele tem um canal de vídeos no YouTube com mais de 34 milhões de inscritos — um dos únicos brasileiros a figurar na lista dos 15 maiores do mundo. Pesquisa recente feita pelo Google aponta que produtores de conteúdo para a rede social de vídeo, como Whindersson, estão se tornando os maiores comunicadores do mundo digital. Segundo o levantamento, os “youtubers” são mais influentes que jornalistas.



ARQUIVO PESSOAL



Mudanças no Censo podem prejudicar políticas públicas

“Quem pergunta muito acaba descobrindo demais”. Com essa frase, o ministro da Economia, Paulo Guedes, sinalizou a orientação para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de corte de verbas e redução do questionário do recenseamento, durante a posse da nova presidente do órgão, Susana Cordeiro Guerra, em fevereiro, como noticiou Exame (22/2). Sob pressão do governo federal para cortar custos, o IBGE anunciou uma redução do número de perguntas que serão direcionadas à população no Censo 2020, com o objetivo de diminuir o orçamento da pesquisa em 25%. O resultado foi o descontentamento do corpo técnico do instituto, pois a proposta de redução do questionário feita pela presidente do órgão pode comprometer as informações obtidas no levantamento, como noticiou O Globo (16/4).

A redução do questionário também recebeu críticas de instituições e pesquisadores ligados a pesquisas populacionais. Segundo nota do presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon), Wellington da Silva (16/4), o investimento no Censo retorna à sociedade em forma de geração de emprego aos recenseadores, bem como de estatísticas que constituem a base para o planejamento de pesquisas por domicílio pela próxima década. O órgão defende ainda o Censo 2020 sem cortes, “assim como a Democracia sem restrições”, afirma. Uma das propostas do governo com a redução do questionário é que os recenseadores levem menos tempo para aplicá-lo, o que permitiria contratar menos

trabalhadores temporários — inicialmente seriam contratados 250 mil recenseadores, segundo O Globo (16/4).

Diminuir a amostra “causa preocupação”, de acordo com nota conjunta da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), da Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia (Anpege) e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Anpur), pois o Censo gera “informações imprescindíveis” para que as prefeituras realizem o planejamento e a execução de políticas públicas com base em referências confiáveis. Os pesquisadores ainda destacam que o Censo Demográfico “não só é o mais completo levantamento de informações sobre as características da população brasileira, como é também a única oportunidade de realizar um retrato detalhado e global das suas condições de vida”.

Um dos tópicos do levantamento que seria afetado são as perguntas referentes à identificação étnico-racial. As informações sobre população indígena são fundamentais para o direcionamento das políticas públicas para esse segmento, de acordo com nota publicada pelo Grupo de Trabalho de Demografia dos Povos Indígenas da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (Abep). Segundo o grupo, é fundamental que o Censo 2020 continue pesquisando sobre a composição étnico-racial da sociedade brasileira, incluindo também os quilombolas, pois é um compromisso de consolidação de um Estado etnicamente plural, firmado na Constituição de 1988.



Acampamento Terra Livre – Cerca de 4 mil lideranças indígenas de todas as regiões do Brasil se reuniram em Brasília, entre 24 a 26 de abril, durante a 15ª edição do ATL, que cobrou respeito aos direitos. O movimento organizou um documento com suas reivindicações: <https://bit.ly/2vrDare>

Conferência de saúde indígena adiada

No fim de abril entidades e ativistas já davam como certo o cancelamento da 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena (CNSI), prevista para 27 a 31 de maio. Em reunião no início do mês (12/3) no Conselho Nacional de Saúde (CNS), Marco Toccolini, da Secretaria de Saúde Indígena (Sesai) [depois exonerado, em 23/4], apresentou parecer da Sesai que questionava o processo de contratação da empresa responsável pela realização da conferência — o que na prática inviabiliza a realização do evento na data anteriormente marcada. A medida foi considerada estratégica em reportagem publicada pela Rede Brasil Atual (13/4), que chamou atenção para o fato de o ministério somente protocolar o parecer em 11 de abril, 45 dias antes do evento. A conferência vem sendo organizada desde setembro de 2018.

Integrante do Conselho Nacional de Saúde e da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoimne), Yssô

Truka declarou ao informativo Outra Saúde (14/4) que a CNSI seria realizada com ou sem o aval do governo. “A data é inegociável”, disse, durante a mesma reunião do CNS, que votou a favor da manutenção da data e solicitou um encontro com o ministro da Saúde. Até o fechamento ainda não havia uma decisão oficial sobre a realização do evento.

“Qualquer questão de má execução de recurso público tem que ser investigada, não tenho dúvida. Se há evidências de corrupção, indicação errada ou uso inadequado do recurso público na execução do evento, tem que investigar. Agora você inviabilizar a execução da conferência é penalizar os indígenas. Me parece que estamos falando de outras coisas. Estamos falando de que lugar se quer ou não dar para a causa indígena. E de que lugar se quer dar para a participação social”, avaliou a pesquisadora Ana Lúcia Pontes (Ensp/Fiocruz), em entrevista ao portal Eco Debate (18/4).

Desenvolvimento humano estaciona

O índice que mede a qualidade de vida nos municípios ficou praticamente estacionado entre 2016 e 2017 e a piora na renda per capita foi o fator que mais impactou o indicador, registra o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), divulgado em abril. Elaborado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e pela Fundação João Pinheiro, o IDHM reúne sete medições de renda, educação e longevidade, usando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE, entre outras bases de dados.

Nos dados recém divulgados, o IDHM médio do país variou muito pouco (de 0,776 para 0,778). A renda per capita média, por outro lado, registrou queda de 0,92% no mesmo período, reduzida de R\$ 842,04 para R\$ 834,31. Seis estados tiveram piora no IDHM, como Acre e Roraima, ambos na região Norte, que sofreu as maiores quedas. Também caíram em qualidade de vida Rio Grande do Norte, São Paulo, Distrito Federal e Pernambuco.

200 EDIÇÕES DEFENDENDO A SAÚDE PÚBLICA

A revista Radis comemora no mês de maio o lançamento de sua edição nº 200. Sua história tem origem em 1982, quando o Programa Radis, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz), começou a editar Súmula, Tema e Dados. Em 1987, lançou Proposta - O jornal da Reforma Sanitária. Em 2002, a fusão destas publicações resultou na revista Radis, que desde a sua criação tem como missão informar a população para a luta por saúde de qualidade e por uma sociedade mais democrática. "A revista Radis é ao mesmo tempo uma síntese das revistas desde 1982 e uma continuidade delas, mas também uma atualização e uma diversificação", explica o jornalista Rogério Lannes, coordenador e editor-chefe do Programa Radis desde 2001 e integrante da equipe de profissionais desde 1987.

RADIS 1 – ANO DE CELEBRAÇÃO

A revista Radis nasceu como uma alternativa de jornalismo em saúde pública, ciência e tecnologia, com a voz dos atores sociais, acadêmicos, conselheiros, profissionais, políticos e usuários da saúde e também a participação assídua dos leitores. A primeira edição foi lançada durante as comemorações de 20 anos do Programa Radis, quando apresentou os candidatos à presidência de 2002, focando nas suas propostas para a saúde da população, como melhor qualidade de vida e implementação do Sistema Único de Saúde (SUS). Naquele mesmo 2002, o Programa Radis recebeu cinco prêmios de Melhor Jornalismo em Saúde em comemoração aos 100 anos da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas).

RADIS 50 - 50 MIL ASSINANTES

Em outubro de 2006 a Radis lançou a edição 50. Em quatro anos e dois meses de trajetória, já havia passado de 32 mil para 50 mil assinantes e chegava a mais de 90% dos municípios brasileiros. Nesta edição, o destaque foi o 8º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, que reuniu 12 mil participantes em 637 horas de debates no Riocentro, no Rio de Janeiro. Naquele momento, as discussões giravam em torno dos temas do congresso: iniquidades em saúde, enfrentamento dos impactos da globalização, proteção social e os rumos do desenvolvimento científico-tecnológico.

RADIS 100 – A VOZ É DO LEITOR

A Radis nº 100, de dezembro de 2010, chegou às mãos do leitor com um novo projeto editorial e gráfico, momento em que as seções da revista se expandiram, mostrando mais flexibilidade e um maior número de páginas. Na centésima edição, a revista apresentou a trajetória do programa e a rotina da equipe de reportagem, gráfica, editorial e administrativa. Também neste número, reservou um espaço especial para histórias contadas pelos próprios leitores, que ganharam voz nos textos e ainda foram fotografados para a capa.

RADIS 150 – GRANDES DESAFIOS

Alcançamos a edição 150, ouvindo especialistas e ativistas que apontaram os grandes desafios para a Saúde em 2015: Humanização contra a violência, autonomia para a mulher, combate às epidemias locais de HIV, regulação da comunicação, atenção às questões ambientais, resgate da confiança no SUS, defesa dos direitos dos indígenas, construção de cidades para as pessoas, tratamento para doenças negligenciadas, desenvolvimento para inclusão, necessidade de diálogo sobre drogas, avanço nas políticas de soberania alimentar, entre outros. A publicação ainda discutiu a diferença e mostrou o que estava por trás das operações de renúncia e de desoneração fiscal, bem como seus impactos nas políticas públicas.

RADIS 200 – FUTURO E ÉTICA

O futuro da Radis continuará pautado pelo compromisso com a produção de jornalismo honesto, em defesa do SUS e dos direitos da população, explica o coordenador Rogério Lannes. "É um dever constitucional e uma obrigação para as publicações de uma instituição pública de ciência e saúde", esclarece ele, lembrando que o exercício do jornalismo, assim como das profissões da saúde, tem como obrigação ética a defesa dos Direitos Humanos. "Eu espero que a Radis continue mantendo a qualidade, esse é o nosso compromisso", explica Lannes, indicando que, para isso, também está prevista a ampliação da atuação da revista em outras mídias. 

Maria do Socorro Souza

“PARTICIPAÇÃO É PRINCÍPIO ÉTICO”

BRUNO DOMINGUEZ

Ao completar 100 dias na Presidência, em 11 de abril, Jair Bolsonaro assinou o Decreto 9.759, que extingue colegiados da administração pública federal — instâncias que reúnem representantes do governo e da sociedade civil para criar, executar e monitorar as ações de órgãos públicos e estatais — que não tenham sido criados por lei. O texto não nomeou os conselhos, comitês, comissões, fóruns e similares que deixariam de existir a partir de 28 de junho. Em entrevista coletiva, porém, o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, calculou que o número deveria cair dos atuais 700 para 50.

De acordo com o texto, além de conselhos, serão encerrados comitês, comissões, grupos, juntas, equipes, mesas, fóruns, salas e qualquer outra denominação dada a colegiados que não tenham sido criados por lei e que não estejam previstos no regimento interno ou no estatuto de instituição federal de ensino. Bolsonaro falou em “gigantesca economia, desburocratização e redução do poder de entidades aparelhadas politicamente usando nomes bonitos para impor suas vontades”. Onyx também avaliou que os colegiados “resultavam em gastos com pessoas que não tinham nenhuma razão para estar aqui, além de consumir recursos públicos e aparelhar o Estado brasileiro”.

A agência Pública levantou junto a organizações da sociedade civil uma lista preliminar de 50 conselhos e comissões que seriam afetados pelo decreto, como Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae), Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT (CNCD/LGBT), Conselho Nacional de Segurança Pública (Conasp), Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade) e Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI). O Conselho Nacional de Saúde (CNS), órgão colegiado ao Ministério da Saúde, não foi afetado pela medida, já que foi criado pela Lei nº 8142/1990, que “dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde”.

Ex-presidente do CNS e atual pesquisadora da Fiocruz Brasília, Maria do Socorro Souza avalia que o decreto fere um princípio constitucional que consagra a participação

social como parte do sistema político brasileiro. Para ela, a participação não é ideologia da esquerda ou da direita: “Em todo o processo civilizatório, desde que se constituíram sociedades mais complexas, se pensa em maneiras de democratizar a participação. De modo geral, quer dizer o exercício dos cidadãos expressarem suas vontades e incidirem sobre as decisões de governos, em contraposição ao poder de poucos, de uma aristocracia ou oligarquia.” No caso da saúde, ela indica “resiliência”. “Os sujeitos que construíram todo esse processo de incorporação da saúde como direito não abrem mão”, diz à *Radis*.

Qual o impacto do decreto sobre a participação e a defesa de direitos sociais e civis?

Na minha visão, o texto altera o sistema político de participação e fere um princípio constitucional. Está inscrito na Constituição de 1988: “Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente nos termos desta constituição”. Assim, a participação social está consagrada como parte do sistema político brasileiro. Os conselhos existem para garantir a materialidade dos direitos sociais e civis, especialmente de populações historicamente negligenciadas.

Um dos argumentos apresentados foi de que os colegiados serviam para aparelhar o Estado. Qual sua opinião?

A participação não tem conotação partidária; não é ideologia da esquerda ou da direita. Em todo o processo civilizatório, desde que se constituíram sociedades mais complexas, como na Grécia Antiga, se pensa em maneiras de democratizar a participação. De modo geral, participação quer dizer o exercício dos cidadãos expressarem suas vontades e incidirem sobre as decisões de governos, em contraposição ao poder de poucos, de uma aristocracia ou oligarquia. É um consenso, um princípio ético, de busca pelo equilíbrio dos anseios dos cidadãos na condução do Estado. No caso do Brasil, este princípio ético-político ganhou força na década de 1980, no processo de redemocratização do Estado. Setores da sociedade civil (intelectuais, líderes religiosos, partidos

políticos, artistas, cientistas, movimentos sociais) atribuíram à participação social o sentido de contraste ao autoritarismo da ditadura militar. A intencionalidade era fazer mudanças na sociedade e disputar a construção de um Estado democrático, de direito e laico. Os conselhos populares, de base comunitária, deveriam ser um dos possíveis caminhos. Este movimento alinha-se à concepção ampliada de Estado, no sentido gramsciano, em que intelectuais, dirigentes políticos e classes sociais com histórico de subalternidades devem lutar para construir outra cultura política sob o propósito de disputar a hegemonia, por dentro das estruturas do Estado.

Essas formas de participação conseguiram consolidar a democracia?

A cultura política brasileira continua híbrida, ou seja, ora democrática e sob o comando do campo popular, ora conservadora sob o comando das elites, a depender das agendas, dos interesses, das correlações de forças. Ocorre que no Brasil, desde sua formação social colonizadora, a sociedade política ou classe dominante se apropriou das estruturas de Estado como se estas fizessem parte de seu patrimônio (patrimonialismo) e, complementarmente, buscam alimentar a cultura da dependência, do mando, do clientelismo, do favor, da meritocracia; em contraposição à participação democrática. Na esfera econômica não existe participação: quem decide é uma elite que está no comando. O mesmo vale para infraestrutura, Judiciário. Muitas decisões extremamente importantes não passam pela vontade popular. Na perspectiva do Estado democrático de direito, a esfera social (conselhos, conferências) e a esfera política (Congresso, greves) são as brechas em que a sociedade civil tem para incidir de forma organizada sobre as tomadas de decisão dos dirigentes.

Como vê o impacto no controle social da saúde? O que esperar da 16ª Conferência Nacional de Saúde, prevista para agosto?

A saúde conta com conselhos e conferências desde a década de 1940, mas com um perfil mais técnico. A participação social acaba sendo mais incorporada nesse setor porque vem como bandeira do movimento da Reforma Sanitária, que tinha um projeto mais sólido de Estado democrático de direito com o SUS como componente do sistema de seguridade social. Eu diria que nem todos têm dimensão da gravidade do que podemos enfrentar nos próximos anos. O desmonte da seguridade social pode criar um tensionamento muito forte. A conferência vai dar conta? Vai reunir sujeitos, animar a luta localmente, dar visibilidade às questões, defender a continuidade do SUS com participação social. Independentemente de o governo ouvir ou não, por si já ela já é um ato político. Nada é capaz de eliminar essa força. Quero acreditar na visão democrática do ministro da Saúde, que esteve em reuniões do conselho e parece compreender a importância do CNS e da conferência. Acredito que para qualquer ministro é importante ter um respaldo popular para fortalecer a pauta de sua pasta com prioridade orçamentária. Estive em cinco conferências municipais (Resende, no Rio de Janeiro; Navegantes, em Santa Catarina; Planaltina, Sobradinho e Cercal, no Distrito Federal) e a discussão está acontecendo, sobre as formas de contratação, sobre os limites da Emenda Constitucional 95. A resiliência está sendo local.



EDUARDO DE OLIVEIRA

A 16ª também vem sendo tratada como a 8ª+8. É possível recuperar a força daquele tempo?

A noção de participação social se altera de acordo com o contexto político. Na 8ª, era uma forma de se contrapor ao autoritarismo, de garantir os direitos políticos, de expressão, de ir e vir. O contexto atual é de desconstrução dessas bases. Mas o SUS tem institucionalidade, historicidade, materialidade. A luta está viva dentro do nosso sistema de saúde, nas reuniões regulares do CNS, na pauta das conferências. Esse campo tem resiliência. Os sujeitos que construíram todo esse processo de incorporação da saúde como direito não abrem mão. É preciso ampliar a participação social. Os conselhos seguiram a lógica do pacto federativo, em que o poder de decisão está muito centralizado na União. Assim, se enfraqueceu a esfera local. Quando fui presidente do CNS, buscamos horizontalizar a participação em vez de alimentar essa verticalidade, na 15ª. Houve plenárias populares regionais e conferências livres, e a inclusão de segmentos da sociedade que estavam representados de forma minoritária ou de fora dos conselhos de saúde.

Há os que enxerguem na sociedade brasileira uma certa apatia, ao mesmo tempo em que há movimentos fortes na rua. Qual sua análise desse momento?

Uma coisa é reclamar e outra é reivindicar. Nas redes sociais, o cidadão comum expressa um pensamento, uma opinião. Os conselhos, as conferências e outras formas de participação acolhem essa demanda, mas a transformam em pauta. Vão para a disputa de orçamento, para a formulação de políticas públicas. O estado atual do controle social reflete as dificuldades da democracia brasileira, dos partidos políticos, das entidades sindicais, dos movimentos sociais. As negociações hoje estão atreladas ao poder econômico. A barganha é com o Congresso e com o Judiciário. **R**

NO MEIO DO CAMINHO TINHA UMA MINEIRADORA

Devastação ambiental, injustiça social e o papel da arte na elaboração das tragédias causadas pelo modelo de desenvolvimento são discutidos em aulas inaugurais na Fiocruz

ELISA BATALHA

José Miguel Wisnik já lecionava sobre Carlos Drummond de Andrade na Universidade de São Paulo há anos quando viajou por acaso à Itabira, em 2014. Na cidade natal do poeta mineiro, o ensaísta, professor e músico se deparou com traços do passado e sinais contemporâneos da extração de minérios, e percebeu que os impactos da atividade sobre a cidade e a cultura local foram uma questão crucial na obra do autor de “A rosa do povo” e “Claro enigma”.

“Houve um enfrentamento espantoso entre o maior poeta brasileiro e a mineração. Poucas vezes se viu, na história da literatura, um confronto como esse atuando tão concretamente”, disse Wisnik, que sugere a partir daí uma nova interpretação de “A máquina do mundo”, um dos poemas mais enigmáticos de Drummond.

Wisnik foi um dos convidados da aula inaugural da Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz), no dia 25 de março, que teve como tema “Mariana e Brumadinho: fraturas expostas” e evocou os rompimentos das barragens nas cidades mineiras, que juntas já somam mais de 300 perdas humanas, entre

mortos e desaparecidos. Como resultado dos *insights* da viagem, Wisnik escreveu o livro “A Maquinação do Mundo”, lançado em 2018, em que reinterpreta a obra de Drummond, tornando evidente a dimensão política de que a arte e a cultura se investem.

Inspiração da “lira itabirana”, a cidade de Drummond viu surgir a Companhia Vale do Rio Doce. Criada para a exploração das minas de ferro em 1942 no governo Getúlio Vargas, a Vale é hoje uma empresa privada, de capital aberto e com ações negociadas nas grandes bolsas de valores de boa parte do vasto mundo. “Ao longo das décadas, muitos dos locais que faziam parte da paisagem cantada por Drummond deixaram de existir por conta da atividade extrativa, que obrigou bairros a serem deslocados e danificou estruturas de construções com as explosões de dinamite nas rochas”, observou Wisnik. A paisagem natural também não é mais a mesma. O principal marco no horizonte montanhoso da cidade, o Pico do Cauê, não existe mais. Pela extração do minério, do pico sobrou uma área escavada, cercada de



um talude — terreno inclinado que limita um aterro, uma escavação ou uma barragem. Abordada sob o aspecto da dimensão cultural por Wisnik, a máquina do mundo que gira a atividade mineradora em larga escala, seus impactos, riscos e tragédias foram discutidos em outras duas aulas inaugurais da Fiocruz ao longo do mês de março.

SEGURANÇA HÍDRICA

“Minas Gerais, pelo seu próprio nome, é um estado que parece fadado à mineração”, declarou a bióloga Ana Flávia Quintão. “Só que, até acontecerem os recentes grandes desastres, enfrentar a mineração era uma questão muito mais difícil do que é hoje”, opinou a pesquisadora da Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP-MG). Convidada para a aula inaugural da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz), em 20 de março, com o tema “A vida vale mais: megamineração, crimes ambientais, justiça social”, ela alertou que, além dos riscos gerados pelas barragens, a atividade ameaça os recursos hídricos que garantem inclusive o abastecimento de grandes cidades na região do Quadrilátero Ferrífero.

“Preferimos chamar de aquífero. No mesmo horizonte geológico onde está o itabirito (minério de ferro) estão os reservatórios de água. Minerar ferro em Minas Gerais é mineração de água”, declarou a pesquisadora e docente da área de Saúde Coletiva, que também participa do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Para ela, discutir o modelo de desenvolvimento e a atividade mineradora é urgente. “Já perdemos dois grandes e importantes rios [o Doce e o Paraopebas]. Agora, mais do que nunca, é preciso fazer uma escolha. Ou segurança hídrica ou extração de minério. Tem

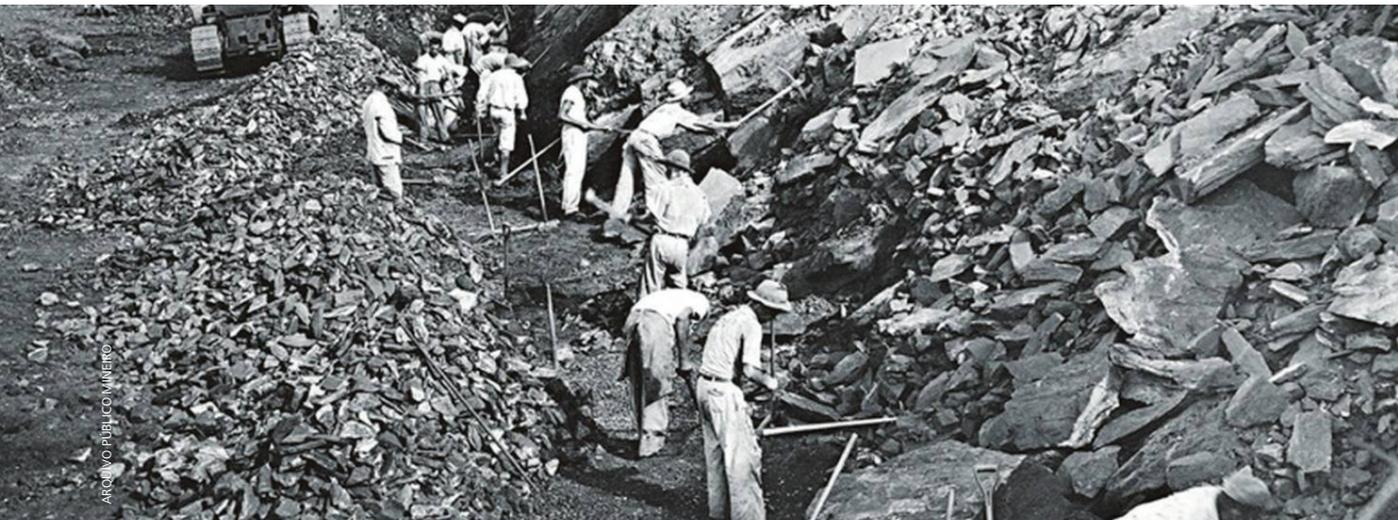
uma terceira via, que é beber água contaminada. É esse o cenário que está sendo colocado para nós”, afirmou.

“Outras atividades econômicas são possíveis e temos que discutir esse tema. Ninguém é irresponsável ao nível de dizer que vai parar tudo amanhã. Acontece que o estado continua licenciando novos empreendimentos de mineração”, alertou. Ela se referiu especialmente à aprovação recente da expansão da mineração na Serra da Piedade, na região de Belo Horizonte. “Proteger as águas é importante num contexto de mudança climática. A projeção que se tem, com todos os dados de clima, é de que a precipitação vai se reduzir em todos os municípios de Minas, e essa também é uma área de recarga hídrica”, explicou Ana Flávia, que desenvolveu um índice de vulnerabilidade humana às mudanças climáticas durante o seu doutorado na Fiocruz Minas.

CRIMES AMBIENTAIS

O desastre da barragem de rejeitos da mineradora Samarco, controlada pela Vale, em Mariana, em 2015, foi considerado na época a maior tragédia ambiental do Brasil. Calcula-se terem sido derramados de 50 a 60 milhões de metros cúbicos de lama com resíduos tóxicos que destruíram o distrito de Bento Rodrigues, deixaram 19 mortos e afetaram outras quatro localidades e cerca de 40 cidades na Bacia do Rio Doce em Minas Gerais e no Espírito Santo.

Mesmo após grandes crimes ambientais com graves perdas humanas, a atividade mineradora já aponta sua bússola para novas fronteiras na paisagem mineira. “A Serra do Gandarela é considerada pela Vale a nova Carajás”, apontou Ana Flávia. Na Gandarela, que tem partes de sua extensão localizadas a apenas 40 quilômetros de Belo Horizonte, foi



ARQUIVO PÚBLICO MINERO

criado um Parque Nacional em 2014, após intensa pressão popular para preservação das nascentes, flora e fauna da Mata Atlântica. “Essa serra é a última região preservada de todo o quadrilátero e esse aquífero é responsável pela manutenção do Rio das Velhas, que é a maior fonte de captação de água de Belo Horizonte. A gente já perdeu a segunda captação, o Rio Paraopeba”. A pesquisadora fez questão de lembrar que, em época de cortes de verbas para a pesquisa, “foi a ciência, a academia, junto aos movimentos sociais, que nos ajudou com essa discussão, comprovando a relação entre mineração e água”.

SEMÂNTICA DO EUFEMISMO

A foto de Lecilda de Oliveira figurava em uma peça de comunicação impressa da mineradora Vale. “O monitoramento de suas barragens, junto aos exercícios de simulados, possibilita que os empregados e comunidade se sintam mais seguros e preparados para proceder em caso de emergência. Estar bem informado e orientado é imprescindível para fortalecer a cultura de prontidão”, declarou a analista de operações da empresa, em boletim impresso publicado dois meses antes do rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão. Nascida e criada em Brumadinho e conhecida na comunidade como Lecilda da Vale, a analista de operações tinha 30 anos de empresa e 49 de vida. Seu nome ainda consta na lista de desaparecidos, uma vez que ela se encontrava no prédio da empresa no momento do rompimento da barragem, mas seu corpo até o momento não foi encontrado. “Ela não suportaria perder tantos amigos”, declarou a irmã de Lecilda à imprensa.

Essa foi uma das histórias que o pesquisador Valdir de Castro Oliveira contou durante a aula inaugural “O modelo de desenvolvimento brasileiro e a produção de desastres: A perspectiva da informação e comunicação”, dia 19 de março no Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict/ Fiocruz). Inconformado, o pesquisador tentou responder à pergunta que ele mesmo formulou: “Por que não aprendemos a lição de Mariana?” Segundo sua pesquisa, a resposta está ligada também aos modelos informacionais e comunicacionais pouco dialógicos

“... As mais soberbas
pontes e edifícios
/ o que nas oficinas
se elabora / o que
pensado foi e logo
atinge / distância
superior ao pensamento
/ os recursos da terra
dominados / e as
paixões e os impulsos
e os tormentos / e
tudo que define o
ser terrestre / ou
se prolonga até nos
animais / e chega às
plantas para se embeber
/ no sono rancoroso dos
minérios / dá volta
ao mundo e torna a se
engolfar / na estranha
ordem geométrica de
tudo...”

(Trecho do poema “A máquina do mundo”,
de Carlos Drummond de Andrade)



Pico do Cauê, em Itabira, na década de 1930



"Buraco" do Cauê, em Itabira, em 2011

da empresa. Morador de Brumadinho, Valdir foi editor do programa de Rádio InterFM, na cidade, de 1998 a 2008 e atualmente é professor do programa de pós-graduação no Ictict. Valdir é também autor do livro "Requiêm para o Inhotim", em que reconstrói memórias sobre a comunidade de Brumadinho.

O rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão aconteceu quatro anos depois do desastre da mineradora Samarco, controlada pela Vale, em Mariana. Ambas as tragédias foram causadas pelo mesmo setor econômico, a mineração. Valdir conta que saiu para fazer hemodiálise em Belo Horizonte, na manhã do dia do rompimento, e não pode voltar porque a ponte da cidade desabou, danificada pela onda de lama e de resíduos tóxicos. "Perdi entes queridos e fiquei ilhado, sem poder fazer nada para ajudar as pessoas da minha comunidade". Ele chamou atenção para o fato de que todos os carros do SUS foram mobilizados imediatamente para tentar o resgate das pessoas.

Valdir analisou o material publicitário e de comunicação institucional produzido e distribuído em 2018 pela empresa mineradora na região do Vale do Paraopeba, que engloba os municípios de Congonhas, Belo Vale e Brumadinho. Nos boletins, revelaram-se as "garantias" da empresa com relação

à segurança das barragens e o envolvimento das populações locais e de seus empregados, cujas vozes eram usadas nos materiais para avaliar o discurso de confiança na proteção da comunidade.

Na maioria das edições de material institucional e publicitário a que teve acesso, o discurso central estampado era de preocupação com as várias barragens de rejeitos mantidas pela empresa na região e com ações preventivas e de cuidados que tanto a empresa quanto a população deveriam ter para evitar acidentes — ou sobre como agir em caso de rompimento de algumas dessas barragens. "A empresa construiu uma imagem idealizada de si mesma usando uma modalidade discursiva que chamamos de 'semântica do eufemismo'", disse.

"Quando aconteceram as duas tragédias, a credibilidade da empresa se mostrou bastante abalada e nos fez perguntar com que ingredientes ela vinha construindo o seu ethos frente à opinião pública e como interage com os públicos das regiões em que desenvolve suas atividades. A empresa construiu sua imagem pública baseando-se em uma modalidade discursiva sustentada por declarações, comunicados, textos e ilustrações em que se reitera mais a imagem idealizada pela empresa sobre si mesma do que o resultado dos processos de interação que desenvolve ou se propõe a desenvolver com a sociedade", explicou.

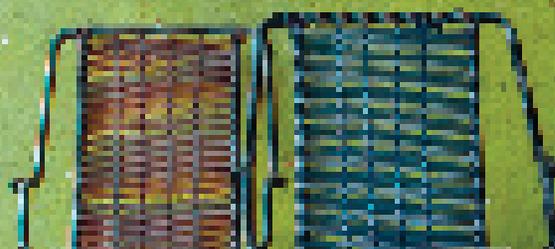
Para o pesquisador, não basta discutir apenas o modelo de desenvolvimento global. "Aos poucos, vamos tendo a certeza de que o que aconteceu tanto em Mariana quanto em Brumadinho não foram situações aleatórias ou simples desastres ambientais, mas sim o resultado trágico de um modelo de gestão e de administração das atividades extrativistas no Brasil e no mundo", escreveu ele no artigo "A Semântica do Eufemismo", publicado no periódico RECIIS de janeiro, em coautoria com Daniela de Castro Oliveira, estudante de Comunicação Social na PUC de Minas Gerais. "Além de uma mudança nos atuais modelos de desenvolvimento, é necessário rever os modelos informacionais e comunicacionais que não promovem efetivo diálogo social", afirmou.

A aula do Ictict teve também a presença, entre outros convidados, do economista e sociólogo Carlos Vainer, do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ETERN/IPUB/UFRJ), que chamou atenção para a injustiça ambiental. "Há um elemento comum em todos os desastres, eles não são distribuídos socialmente", afirmou ele, lembrando que Bento Rodrigues, distrito de Mariana mais afetado pelo rompimento da barragem em 2015, tinha 84% da população não-branca.

O discurso construído para sustentar o modelo de desenvolvimento calcado na megamineração — esse vasto mundo sem rimas — foi também criticado por Ana Flávia. "Logo após o maior crime ligado à mineração do mundo, a Vale começou uma campanha que usa o termo 'redescobridores', mas nós dizemos 're-destruidores'. A campanha foi lançada antes do rompimento da barragem de Brumadinho, em janeiro de 2019. "Nós temos 435 barragens de mineração em Minas Gerais. Essas duas barragens que romperam, se vocês consultarem os inventários, não havia nenhuma indicação de insegurança. Politicamente, a gente não tem nenhuma proteção, nenhum apoio para essa discussão".



Em Santarém (PA), gerações de quilombolas lutam pelo direito à terra e pelo respeito às tradições culturais



NA LUTA PELO DIREITO À TERRA,
GERAÇÕES DE QUILOMBOLAS ESTÃO NO
ALVO E NA ROTA DO AGRONEGÓCIO E
DE GRANDES EMPREENDIMENTOS

TEXTO: LUIZ FELIPE STEVANIM

FOTOS: EDUARDO DE OLIVEIRA





“A

benção, vô”. Uma criança de oito anos vem tomar a benção de Dileudo Guimarães, 54 anos, assim que ele entra na Escola Municipal São Pedro, no Quilombo Bom Jardim. O estudante é seu neto Diogo, filho de Dilena, servente da escola. A cena se repete por onde ele

passa — seja na localidade onde nasceu, nas proximidades do Lago do Maicá, em Santarém, no oeste do Pará, ou nas comunidades vizinhas, entre os Rios Amazonas e Tapajós. Além de seus netos e afilhados, são conhecidos que guardam o costume, por respeito, de tomar a benção dos mais velhos. Na trilha pela mata, que corta o quilombo, Dileudo rememora histórias da terra onde nasceram seus antepassados e narra a luta, no presente, para impedir o avanço da soja e a construção de um complexo portuário nas terras quilombolas.

“Não fomos consultados. Não respeitam nossos direitos”, sentencia em relação ao projeto da Empresa Brasileira de Portos de Santarém (Embraps) para o Lago do Maicá, área até então considerada de preservação ambiental, onde vivem populações quilombolas, indígenas e pescadoras. Dileudo preside há dez anos a Federação das Organizações Quilombolas de Santarém (FOQS), instituição que reúne as 12 comunidades existentes no município: seis delas na várzea, em áreas que margeiam os rios; cinco no Planalto Santareno; e uma urbana. A obra faz parte de um conjunto de empreendimentos na região de Santarém voltados para o escoamento de grãos e minério. O estudo ambiental apresentado pela empresa, em 2013, à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (Semas) afirma que não foram encontradas “populações tradicionais legalmente reconhecidas” na área.

Nenhuma das 12 comunidades quilombolas de Santarém foi consultada — parte delas tem suas terras às margens do lago e utilizam a pesca como uma de suas principais fontes de sustento. “A comunidade tem que saber o que se pretende fazer dentro dela. Quem vive aqui no quilombo é quem sabe o que é bom para nós e o que não é”, afirma o líder quilombola. Radis visitou quatro dessas comunidades no fim de março. “Até hoje nós não temos nenhuma comunidade titulada. É um direito que está na Constituição, mas que ainda não saiu do papel”, constata Dileudo.

A construção do Porto do Maicá tornou-se um símbolo da resistência das comunidades remanescentes de quilombos em Santarém. Depois que a FOQS questionou o estudo ambiental da Embraps, que não respeitou o direito à consulta das comunidades tradicionais, o Ministério Público Federal (MPF) e Estadual (MPE-PA) ingressaram com uma ação civil pública na Justiça pedindo a suspensão do licenciamento do complexo portuário. Em abril de 2016, a Justiça Federal concedeu liminar que suspendeu a obra até que fosse promovida consulta prévia, livre e informada às comunidades quilombolas e povos tradicionais da região. “Quem eles consultaram? Quem deu essa autorização para eles?”, questiona Claudiana Lírio, representante dos quilombolas no Conselho Municipal de Saúde.

Assim nasceu a luta dos quilombos de Santarém para serem ouvidos e respeitados em qualquer decisão que



envolva seus direitos ou que afete suas vidas e suas terras. “As populações não são inseridas no debate, desde o início até o fim das obras. A ideia é que, antes de pensar os grandes empreendimentos ou qualquer medida que possa afetá-los, eles sejam escutados”, aponta Ciro Brito, advogado popular da Terra de Direitos, organização de direitos humanos que presta assessoria jurídica aos quilombolas. “Fomos de comunidade em comunidade, ouvindo o nosso povo, falando do porto e sobre os prejuízos que ele vai trazer para nós”, afirma Dileudo.

Na contramão da decisão da Justiça de ouvir as comunidades, a Câmara Municipal de Santarém aprovou e o prefeito Nélio Aguiar (DEM) assinou, em dezembro de 2018, o novo Plano Diretor do município, que ignora a participação das comunidades tradicionais e converte a região do Maicá em área de exploração portuária. Esse é mais um episódio que mostra o avanço do agronegócio, da mineração e de grandes empreendimentos sobre os quilombos — o que coloca em xeque não apenas os direitos e a identidade dessas populações, mas ameaça também a preservação ambiental. Uma frase de Dileudo sintetiza a luta dos quilombolas pela liberdade de viver em suas terras: “Nós precisamos ter nossos direitos respeitados.”

QUILOMBOS TÊM VOZ

“Repare se você vê alguma árvore em pé onde se planta soja”. A frase de Dileudo é uma constatação que descreve a paisagem no percurso de Santarém até o Quilombo Bom Jardim — a cerca de 22 quilômetros da cidade. Da estrada, o que se avista são campos e mais campos de soja, que se expandem pelo Planalto Santareno. O entorno começa a mudar nas proximidades dos quilombos: áreas de floresta, igarapés, casas simples na beira da estrada, plantio de hortaliças, crianças, campos de futebol. “Quem acaba com a mata é o sojeiro



“Precisamos ser consultados”, afirma Dileudo Guimarães, do Quilombo Bom Jardim (Santarém), sobre as obras portuárias no Lago do Maicá

[plantador de soja]”, aponta o líder quilombola, ao ressaltar que o modo de vida dos povos tradicionais respeita e coexiste com a floresta.

A fonte de sustento dos quilombos vem da natureza: o pescado no Lago do Maicá, o extrativismo, como o cupuaçu e o cumaru, e a agricultura familiar, com o cultivo de milho, mandioca, jerimum (abóbora), melancia, banana. “Nós temos a terra como mãe. Tudo que a gente precisa para sobreviver se tira dela. A terra é vida”, ressalta. Como habitam em áreas ainda preservadas, com abundância de água, os quilombolas precisam resistir aos interesses cada vez mais presentes do agronegócio. O líder conta que denunciaram à Justiça a queima da castanheira pelos sojeiros. “Por que a Justiça até hoje não fez nada? Não valorizam nossos territórios e a nossa luta”, critica.

Cansados de esperar pela atenção do poder público, os quilombos de Santarém decidiram se organizar e, por meio da federação que reúne as 12 comunidades, construíram o chamado Protocolo de Consulta Quilombola, um documento que mostra como eles devem ser consultados, para qualquer projeto ou atividade que ocorra em seus territórios. “Quem tem que lutar por nós somos nós mesmos, porque nós é que conhecemos a nossa luta”, resume Dileudo. O Protocolo de Consulta, construído por representantes de todas as comunidades, pretende “mostrar que nós existimos e que não aceitamos qualquer empreendimento sem que sejamos previamente consultados”, diz o texto. O documento se baseia no direito à consulta prévia, livre e informada, garantido pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que o Brasil assina.

Com base nessa mesma convenção foi que a Justiça Federal concedeu liminar, em 2016, a pedido do MPF e do MPE-PA, suspendendo o licenciamento das obras do Porto do Maicá, até que as comunidades fossem consultadas e tivessem sua decisão

respeitada. “O Protocolo de Consulta não serve só para essa questão do porto, mas para qualquer coisa que se pense em fazer em nossas comunidades. A consulta é importante porque é a própria comunidade quem toma suas decisões”, explica o presidente da FOQS. Ameaçados pelo avanço do agronegócio e dos grandes empreendimentos, o Protocolo de Consulta foi um instrumento que os quilombos encontraram para ter sua voz respeitada, ressalta Dileudo.

Essa forma de resistência no presente relembra a luta dos negros escravizados para resistir à escravidão, que deu origem aos quilombos. “Ser quilombola é entender que nós é que trabalhamos pelo crescimento desse país. Em momento algum fomos remunerados. Esse país tem uma dívida histórica conosco”, afirma o líder. A definição legal de “quilombola” encontra respaldo no artigo 68 da Constituição Federal, que reconhece o direito à propriedade definitiva de suas terras aos remanescentes das comunidades de quilombos. Já o Decreto 4.887 de 2003 define que quilombolas são grupos étnico-raciais, segundo critério de autoatribuição, com trajetória histórica ligada à ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão.

O Quilombo Bom Jardim possui mais de 200 anos de história — localiza-se no Planalto Santareno, próximo a outros quilombos, como Tinguu e Murumuru. Surgiu da doação de uma área de terras pelo antigo senhor de escravos, por vontade de sua esposa falecida, como rememora Dileudo. Além das comunidades nascidas da resistência à escravidão, outras se constituíram por meio da doação de terras em razão de serviços prestados — seja de trabalho braçal, religioso ou de guerra — e foram chamadas de “terras de preto”, “mocambos” ou “terras de santo”, como explica o Guia de Políticas Públicas para Populações Quilombolas, de 2013.

Pai de sete filhos e avô de seis netos, Dileudo faz o percurso de uma comunidade a outra de bicicleta, aos domingos, quando joga bola com conhecidos de outros quilombos. “Nosso time, o Santo Antonio, tem uma história de bons jogadores”. Ele também é catequista há 45 anos na pequena igreja da comunidade, cujo padroeiro é São Pedro. Mesmo com sua história reconhecida, o Quilombo Bom Jardim ainda aguarda a titulação definitiva de suas terras: teve a Portaria de Reconhecimento publicada em 2011, mas até hoje o título não veio.

LUTA PELA TITULAÇÃO

Sem o título das terras, os quilombolas vivem um cenário de insegurança jurídica e passam a disputar o chão com posseiros, grileiros, fazendeiros, mineradoras e construtoras. “Como ainda não recebemos os títulos, todo tipo de conflito vem para dentro dessas comunidades, como venda de terra, plantio de soja, aluguel e arrendamento”, explica o presidente da FOQS. Embora não tenham o título outorgado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), todos os 12 quilombos de Santarém são reconhecidos pelo Estado brasileiro, por meio da certificação da Fundação Cultural Palmares (FCP), atualmente ligada ao Ministério da Cidadania: essa certidão reconhece o direito internacional à autoidentificação dos povos, como determina a Convenção 169 da OIT.

Os quilombolas de Santarém não são um caso à parte entre as 3.271 comunidades remanescentes de quilombos do Brasil, segundo levantamento da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). Aproximadamente 83% delas (2.729) já foram certificadas pela Palmares, mas apenas 241 dispõem do título definitivo concedido pelo Incra. Nas margens do Lago do Maicá, em Santarém, o Quilombo Tingu — com cerca de 85 famílias — recebeu, em outubro de 2018, a Portaria de Reconhecimento que delimita as terras da comunidade. A próxima etapa é a assinatura do Decreto de Desapropriação, pelo presidente da República, que determina o pagamento de indenização para outras pessoas que vivam na área dos quilombolas, mas que não se reconheçam como tal.

“Nós dependemos agora do Bolsonaro assinar [o Decreto]”, declara o presidente da Associação Comunitária do Quilombo Tingu, Benedito Mota, também coordenador na região do Baixo Amazonas das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará (Malungu). Ele relata que o passo importante que deram na obtenção do título aumentou a pressão externa sobre os quilombolas. “As ameaças vêm de todos os lados. Da própria soja, do agronegócio, do porto, dos fazendeiros que estão dentro [das áreas quilombolas]. Já recebemos até ameaça de morte”, conta. Em setembro de 2018, um quilombola do Tingu foi assassinado, com golpe de chaves de fenda, pelo caseiro de um fazendeiro da região.

À *Radis*, o Incra informou que o direito à propriedade das terras que ocupam, assegurado pela Constituição, é

motivado pelos próprios remanescentes de quilombos, que solicitam a formalização do processo de regularização junto à autarquia — órgãos estaduais e municipais também têm essa atribuição e a atuação do Incra se restringe às comunidades certificadas pela Palmares. Atualmente, segundo o órgão, existem 1.755 processos abertos em todas as Superintendências Regionais, exceto Roraima, Marabá (PA) e Acre. De acordo com o Incra, diversos fatores — como localização e complexidade das relações sociais, entre outros — influenciam o andamento de cada processo, dificultando estimar prazos.

PRESSÕES DO AGRONEGÓCIO

No Planalto Santareno, o Lago do Maicá é considerado um santuário ecológico para populações quilombolas, indígenas e pescadoras que vivem às suas margens. Suas águas se comunicam com o Rio Ituqui, afluente do Amazonas. Para os quilombolas, é fonte de água e peixes, além de via de transporte. Por isso, Benedito Mota, 59 anos, líder do Quilombo Tingu, alerta que a presença de um porto graneleiro com capacidade para atracar grandes embarcações mudaria completamente a rotina dos moradores — e traria poluição e degradação ambiental. “Nós dependemos desse lago. Quando eles fizeram uma pesquisa e disseram que só existiam três espécies de peixes, nós contestamos, porque sabemos que estamos numa área rica em biodiversidade”, aponta o líder também conhecido como Bena.

Um estudo técnico da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), em Santarém, de 2018, coordenado pela professora Izaura Pereira Costa, constatou “fragilidades



Líder do Quilombo Tingu, Benedito Mota conta que seus familiares temem as ameaças de morte que recebeu por lutar pela titulação das terras

metodológicas” no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) apresentado pela Embraps — empresa que pretende construir o porto — ao órgão responsável pelo licenciamento ambiental. Segundo a pesquisa, os dados fornecidos pela empresa não permitem mensurar o impacto na economia, nem estimar as consequências para os ecossistemas locais. O estudo também ressalta que as comunidades tradicionais não foram consultadas. Bena destaca que a preocupação maior é com a poluição e os impactos para a saúde. “Queremos ser consultados. O rio é um bem de todos”, pontua.

Para ele, os quilombolas enxergam a terra como fonte de subsistência e não visam a degradação da natureza. “Enquanto o agronegócio está acabando com a floresta, nós queremos reflorestar mais, porque precisamos e vivemos do extrativismo”, aponta. Uma das fontes de renda da comunidade é a extração da semente aromática do cumaru, usada desde a culinária até a fabricação de cosméticos. Ele ressalta que a titulação é um passo necessário para garantir a sobrevivência dos quilombos. “Queremos que o povo possa tirar os produtos da própria terra. Não queremos terra para mim, ou para qualquer liderança, mas para uma população que vive dela. São as nossas raízes, aqui viveram nossos antepassados”, afirma.

O agronegócio está cada vez mais próximo dos quilombos — o que representa uma ameaça tanto para a floresta quanto para os próprios quilombolas. “Com essa publicação no Diário Oficial [Portaria de Reconhecimento], vieram situações complicadas pra cima da gente. Mulher, filhos, ninguém quer ver um pai ameaçado”, relata. Bena denuncia que os moradores do Tingu também sofrem questionamentos se são “de fato quilombolas”, por terem a pele mais clara, resultado da miscigenação. “Aqui no Tingu você vê uma pele mais clara. Mas se procurar nossas raízes, mãe, pai, avó, todos eram negros”, afirma. Bena pontua que as pressões dos ruralistas e dos grandes empreendimentos sobre os quilombos de Santarém são as mesmas que ocorrem em outros municípios do oeste do Pará. “Além do agronegócio, tem barragem, garimpo, rodovias, tanta coisa que afeta as populações quilombolas, mas estamos na luta”, conclui.

SANGUE DE QUILOMBOLA

Claudiana Lírio tem orgulho de falar como aprendeu com o pai a lutar pelos direitos quilombolas. Seu pai, João Vieira Martins, era uma liderança do movimento no Pará e, desde menina, ela se metia com ele nas reuniões — a princípio para “vigilá-lo”, a pedido da mãe. “Meu pai sempre colocou na cabeça da gente: vocês são pretos, precisam assumir a identidade de vocês. Ele dizia que a gente precisava lutar para ser livre”, relembra. Livre — do medo, do racismo, da pobreza e da morte. “Mesmo que a gente não estivesse mais no período da escravidão, na visão dele a gente continuava prisioneiro”, se emociona ao narrar.

Oriunda da região de Nova Jacundá, no sudeste paraense, a família de Claudiana foi abalada pelo assassinato do irmão, em 2001. Então o pai decidiu mudar com a família para Santarém, no oeste do estado, a cerca de 900 quilômetros. Do exemplo paterno, ela tirou o que chama de “lições de vida”. Hoje, ela representa a população quilombola no Conselho

Municipal de Saúde e cursa bacharelado interdisciplinar em Ciências e Tecnologias na Ufopa. “Nós somos 16 filhos e fui a única que consegui concluir o ensino médio e entrar numa universidade”, destaca. Como mulher quilombola, ela ressalta ainda que aprendeu a “nunca ser submissa”. “Tenho espírito de gente livre e de luta, não consigo me conformar com as injustiças que a gente vê com nosso povo”, afirma.

“Já fui ameaçada por sojeiros, mas não abandonei a causa”, pontua. Claudiana conta que recebeu a ameaça de um representante da empresa que quer instalar o porto no Maicá. “Ele não me ameaçou escondido, foi no meio de todo mundo, por isso entrei com uma ação no Ministério Público”, relata. Ela aponta que a empresa promete emprego aos quilombolas em troca de apoio. “Eles vendem uma ilusão para a população. Chegam com um documento técnico, dão para as lideranças e começam a convencer as comunidades: ‘Vamos trazer benefícios pra vocês’”, afirma. Junto com integrantes da Pastoral Social, ela ajudou a “traduzir” os impactos do empreendimento para que os moradores pudessem entender como a obra iria afetar o seu cotidiano. “Um estacionamento para 950 carretas requer uma área muito grande a ser desmatada. Prometem emprego para 750 pessoas, mas moramos num lugar onde a maior parte das pessoas não tem qualificação, não terminaram nem o ensino médio”, assinala, acrescentando que, na prática, não haveria benefícios para os quilombolas.

“Tenho espírito de gente livre e de luta, não consigo me conformar com as injustiças que a gente vê com nosso povo”

Claudiana Lírio





Considerado um santuário natural para quilombolas e indígenas, o Lago do Maicá, em Santarém, é alvo do interesse de megaempreendimentos

Claudiana também alerta que é preciso ter muito cuidado para não cair em “armadilhas” criadas pelos ruralistas. “Fazem reunião somente para legitimar as obras. Usam só linguagem técnica. Eu não assino documento nenhum em branco. Quem me garante que eles não vão anexar um texto em cima e depois dizer que concordei?”, questiona. Sobre as ameaças, ela diz que isso ocorre com quem atrapalha “os negócios deles” e lembra que os irmãos sempre a alertam para abandonar o movimento. Para não desistir, Claudiana afirma que se inspira no exemplo de Marielle Franco, vereadora assassinada no Rio de Janeiro em 2018 e que se tornou um símbolo da luta pelos direitos humanos.

NO ALVO E NA ROTA

O capítulo mais recente no embate sobre a construção do Porto do Maicá ocorreu com a aprovação do novo Plano Diretor de Santarém, em dezembro de 2018. Com a medida, a região do Maicá passou a ser considerada área portuária — o que contraria a decisão da Justiça de interromper o licenciamento do porto até que as comunidades tradicionais fossem consultadas, como explica Ciro Brito, advogado popular da Terra de Direitos. “A região do Maicá é rica em biodiversidade, em diversas espécies de plantas e animais, das quais as populações se beneficiam. São pescadores artesanais e extrativistas. Eles não foram consultados”, aponta.

Sem consulta prévia e informada, a decisão do poder público vai contra a vontade de quilombolas, indígenas e ribeirinhos que vivem na região. “Em todas as discussões em que os povos tradicionais foram ouvidos, eles foram muito claros na posição de que essa área deveria continuar sendo de proteção ambiental”, constata Ciro. Para a indígena Vandria Borari, que também atua na Terra de Direitos, o avanço do agronegócio e da mineração sobre os territórios de comunidades tradicionais ocorre porque não há segurança jurídica para esses povos. “Na

Amazônia, as áreas que ainda estão preservadas são aquelas ocupadas pelas populações tradicionais. Eles são os maiores guardiões da floresta. São áreas que interessam ao grande capital, pois têm minério, floresta e água. Os povos são vistos como impasse ao desenvolvimento”, explica Vandria, que concluiu em 2019 o curso de Direito na Ufopa.

Como seu modo de vida ajuda na conservação do meio ambiente, os quilombos ocupam terras que despertam o interesse de madeireiros, mineradoras e latifundiários. “Os quilombolas não estão somente no alvo, mas na rota dos grandes empreendimentos, que na região [do oeste do Pará] se focam na mineração e nas usinas hidrelétricas”, explica Ciro. Para o advogado, nesse modelo de desenvolvimento “não cabem” as comunidades tradicionais, como quilombolas e indígenas, vistas como entraves ao crescimento econômico: “O objetivo é explorar bastante o que tem na terra e as populações permanecem aquém e superempobrecidas”, analisa, ele que estudou os conflitos pelo reconhecimento territorial de povos tradicionais em seu mestrado na Universidade Federal do Pará (UFPA).

O advogado explica que o direito à consulta é reconhecido pela Convenção 169, que passou a vigorar no Brasil em 2004. “Desde então os povos vêm se apropriando desse direito e tentando fazê-lo valer”, pontua. O caso emblemático que mobilizou os quilombolas do Rio Tapajós em torno do Porto do Maicá, segundo Ciro, diz muito sobre a luta dessas comunidades para sobreviver em suas terras. “Não é um porto apenas, mas uma região integrada em diversos portos para escoar a produção de soja, que nos últimos anos vem crescendo exponencialmente nos territórios das populações tradicionais”, afirma. Os quilombos são cada vez mais “espremidos” pelo avanço do agronegócio e vivem algo que, para o advogado, assemelha-se a uma “contagem regressiva”: “Quanto mais tempo as titulações demoram, mais direitos os quilombolas perdem, porque a soja e os empreendimentos avançam sobre suas terras e o acesso à flora e a fauna é perdida”, expõe.

“As gerações futuras não terão mais território”, constata Vandria. Para ela, a terra é uma forma de garantir a existência dos povos. “A vida dos povos tradicionais está interligada com a terra: seus costumes, tradições, dinâmica de trabalho e organização social. O povo tira o sustento da terra, constrói suas casas, planta seus alimentos, toma banho no igarapé”, ressalta a indígena. Ciro acrescenta que o avanço do agronegócio é um processo “muito violento” — além de ameaças, envolve também cooptação. “Às vezes [os produtores de soja] conseguem pessoas da própria comunidade para trabalhar para eles, em troca de diária, e isso acaba enfraquecendo a comunidade”, avalia. Além disso, o agronegócio também se expande de

forma precária do ponto de vista jurídico: “São títulos de terras que são comprados e vendidos sem que sejam regularizados do jeito que a lei diz que deveria ser”, completa o advogado.

Para Dileudo, o longo percurso que os quilombos têm pela frente é fazer com que seus direitos saiam do papel. “Aqueles que estão no poder pensam muito em melhorar a economia do país sem dar oportunidades para o povo. Muitos falam que a escravidão acabou, mas nós não temos nem nossas terras para trabalhar”, afirma. A luta dos quilombolas por terra é também um esforço para que sua cultura e tradições continuem a existir. “Como os filhos vão voltar para a comunidade se não existem oportunidades dentro dos quilombos?”, indaga.

GUARDIÕES DA ANCESTRALIDADE

“Eu moro do lado de lá/ Na beira do Rio Amazonas / Ô neguinho, pega a canoa / Que eu já quero atravessar...” Os versos cantados por Ana Cleide Vasconcelos, do Quilombo Arapemã, parecem ecoar durante a travessia de barco até a ilha de Saracura, a cerca de uma hora e meia de Santarém. Durante o trajeto, a bajara — pequena embarcação movida a motor — passa sobre o encontro entre os Rios Tapajós e Amazonas, com sua diferença de cores. A água é um elemento que marca e conduz a vida do Quilombo Saracura, onde vivem cerca de 150 famílias, em região de várzea, como outras cinco comunidades de Santarém: nas cheias, quando o rio sobe, os quintais são tomados pela enchente, o cultivo é dificultado e o deslocamento se dá somente de barco.

“Quando chegar em abril, essas terras vão estar todas inundadas e só se anda de canoa”, contou Ivair dos Santos, 45 anos, em março, quando *Radis* esteve na comunidade — ele é filho do antigo líder do quilombo, Aldo Santos, já falecido. “De agosto a fevereiro, é o período do cultivo. De março a julho, as terras são tomadas pelas águas e a única atividade é a pesca”, explica Josivan Laurindo, 44, coordenador pedagógico da escola do quilombo, que abrange do ensino fundamental ao médio. Até mesmo o calendário dos estudantes segue a dinâmica das águas e o ano letivo termina em março.

Cercados por água de todos os lados, os moradores do Quilombo Saracura vivem uma contradição: não têm acesso à água potável. Sem rede coletora de esgoto, as famílias utilizam fossas rudimentares ou valas a céu aberto — que são invadidas pelo rio, durante as cheias. “Nós usamos para tudo a água do rio e ela não é tratada. Alguns puxam na bomba, outros no balde”, descreve Josivan. Os quilombolas alertam que o rio se encontra cada vez mais poluído, por uso de agrotóxicos na região, garimpo, falta de saneamento básico e presença crescente de grandes embarcações, desde a construção do porto graneleiro em Santarém. Contam também que problemas

frequentes de saúde da comunidade estão relacionados à contaminação da água, como intoxicação, diarreia e vômitos.

A realidade de Saracura não é um caso isolado: 76% dos domicílios quilombolas, no Brasil, não possuem saneamento adequado (28% utilizam esgoto a céu aberto e 48%, fossa rudimentar) e 62% não possuem água canalizada, de acordo com o diagnóstico do Programa Brasil Quilombola de 2012, elaborado pela Seppir — um dos mais amplos levantamentos sobre essas populações já realizado no país. Saracura também não conta com fornecimento de energia elétrica. Josivan relata que algumas famílias até possuem gerador ou energia solar, mas ainda assim a utilizam somente para tarefas essenciais. De acordo com a Seppir, 18% das casas nos quilombos vivem a mesma situação: sem luz elétrica.

Os moradores mais antigos, como Adailson de Souza, 74 anos, narram que o Quilombo Saracura nasceu quando uma curandeira negra, chamada Dona Sara, moradora do Alto Tapajós, fugiu da perseguição policial, ainda no século 19, e foi encontrar abrigo na ilha, onde era difícil o acesso. Outros negros fugitivos e também participantes da revolta da Cabanagem, que ocorreu no Pará entre 1835 e 1840, buscavam refúgios em áreas isoladas, dando origem aos quilombos da região. De acordo com pesquisa histórica de Eurípedes Funes, professor da Universidade Federal do Ceará (UFC), os quilombos de Santarém se constituíram ainda no século 19 por negros, mestiços, livres e libertos que fugiam do cativeiro — eram vistos como um “mal a ser combatido”, mas sem sucesso. Daí nasceram as comunidades “afro-amazônidas”, como define o professor.

“Se, num primeiro momento, o enfrentamento visava construir a liberdade, rompendo com a escravidão, hoje, a luta se coloca no sentido de libertar a terra para continuarem a ser livres e assegurarem o direito à cidadania”, explica Eurípedes à *Radis*. “Sou quilombola com muito orgulho.



Cercados por água de todos os lados, moradores do Quilombo Saracura, no Rio Amazonas, não têm acesso à água potável

Isso é dar valor ao que nossos antepassados passaram”, afirma Jucimara Oliveira de Jesus, presidente da Associação dos Remanescentes de Quilombo da Saracura (ARQSARA). Os quilombolas contam que, protegida pelo isolamento na ilha, “Dona Sara” continuou curando o povo da região com ervas e benzeduras— e daí veio o nome da comunidade, a “Sara que cura”, relatam.

SEMENTES QUE SE MULTIPLICAM

A realidade do oeste do Pará encontra semelhanças em outras regiões do país. “O quilombola não é um negro fujão. É um trabalhador e uma trabalhadora, que lutam firmemente todos os dias por seus direitos negados”. A afirmativa é de Rejane Oliveira, líder do Quilombo Maria Joaquina, em Cabo Frio, na Região dos Lagos do Rio de Janeiro, e representante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), órgão que congrega associações quilombolas de todo o país. Os quilombos de

Rasa e Maria Joaquina — dentre outras comunidades de Cabo Frio e Armação de Búzios — localizam-se em áreas visadas por grandes empreendimentos turísticos, por serem de região litorânea. “Você vê a terra onde nasceu e cresceu se transformar com a invasão e pela especulação imobiliária”, conta Jane, como é conhecida a líder quilombola de 43 anos.

No quintal de casa, o avô de Jane plantou pés de frutas, e ali ela também criou suas duas filhas, hoje com 19 e 20 anos. “Estão tirando nosso direito de pertencimento. A terra é poder. Podemos viver os benefícios que a terra pode trazer”, defende. Com as obras na região, o território antes ocupado pela comunidade vai ganhando outra face e os quilombolas passam a conviver com a degradação ambiental e a poluição. Um dos efeitos prejudiciais, segundo Jane, é a contaminação da água e do ar com agrotóxicos. “As famílias estão no meio do veneno, da fumaça e do canavial. Isso afeta o solo e a água”, afirma. “Você se sente como um guardião da história, não dá para ficar calado”.

Maria Joaquina é um quilombo fundado e liderado por mulheres. Da família de Jane, as referências vêm de sua avó de 109 anos, Dona Eva, moradora do Quilombo da Rasa, comunidade vizinha à sua, e de sua tia Uia. “Em todos os quilombos estão ali as mulheres: trabalham na roça, cuidam da família, educam os filhos. Porém, saímos somente da função de casa e fomos fazer política”, ressalta. Além da agricultura familiar, a comunidade também vive do extrativismo — os quilombolas extraem a semente da aroeira, utilizada na culinária como pimenta rosa. Folhas e cascas da árvore são empregadas para fins medicinais. Jane ressalta que a educação ambiental pertence aos conhecimentos ancestrais do quilombo. “Quem queima, quem corta, quem destrói não somos nós. A gente sabe lidar com o meio ambiente”, pontua.

Cercados por grandes plantações de cana de açúcar e pelos novos empreendimentos turísticos, os quilombos da Região dos Lagos também lutam para sobreviver. Jane conta que já sofreu ameaças em três situações, todas elas ligadas ao conflito de terras. “A gente não quer entrar para o conflito. Não somos invasores. Quem tem arma de fogo não são os quilombolas”, ressalta. Porém, ela teme que a especulação imobiliária e o agronegócio dificultem cada vez mais a vida nos quilombos. “Se a gente não lutar pelo nosso direito de povo negro e dizer ‘estamos aqui’, nós vamos ser atropelados. Somos responsáveis por multiplicar o conhecimento e as lideranças”, reflete. Ela ainda destaca que a comunidade remanescente de quilombo é como uma família, “em que todos são parentes”, devido aos laços ancestrais.

Como a maior parte dos quilombos no Brasil são comunidades rurais — 77,7% das famílias vivem na zona rural, segundo a Seppir —, uma das principais dificuldades é o acesso aos serviços públicos. Jane faz parte de um grupo da Conaq que reivindica políticas de saúde para essa população. Na Região dos Lagos, ela conta que existem dificuldades para acessar o posto de saúde mais próximo; alguns territórios ficam a mais de 20 quilômetros da unidade. Por falta de assistência, doenças crônicas como diabetes e hipertensão geram complicações graves. “Nossa gente está ficando doente, está morrendo cedo. Estamos perdendo o nosso povo para as doenças crônicas”, relata. Outro problema é o acesso à água potável e ao saneamento básico. “As casas utilizam as fossas

e os sumidouros [a céu aberto]. As pessoas passam sufoco. Saneamento também é saúde”, acrescenta.

Para atender as comunidades remanescentes de quilombo, o governo federal lançou, em 2004, o Programa Brasil Quilombola, que possui quatro eixos: acesso à terra; infraestrutura e qualidade de vida; desenvolvimento local e inclusão produtiva; e direitos e cidadania. Com ações transversais em 12 ministérios, o programa era gerido pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) — que, a partir do governo de Jair Bolsonaro, passou a fazer parte do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (da ministra Damares Alves). Interpelado pela *Radis*, o ministério informou que o Brasil Quilombola continua sob coordenação da Seppir — a página do programa, porém, encontra-se fora do ar.

SAÚDE QUILOMBOLA

Para gripe, Gerson Ferreira Betsel, 59 anos, tem a receita de um xarope que considera melhor do que qualquer remédio: folha-grossa, corama, limão, laranja, hortelã, cebola roxa, alho, abacaxi e mel de abelha. Para dores de estômago, nada melhor do que um cipó da Amazônia conhecido como urubucaá. Essas são algumas das tradições guardadas pelo agente comunitário de saúde (ACS) do Quilombo Tinguu, que utiliza plantas medicinais quando faltam outros recursos, como os medicamentos convencionais. “Para nossos antepassados, tudo era mais difícil em relação à medicação e eles usavam as ervas como alternativa. Esse conhecimento é muito antigo, veio dos avós e vai passando de geração a geração”, conta.

Há 21 anos, o quilombola nascido no Tinguu aceitou o desafio proposto por seu amigo de infância, Benedito Mota, líder da comunidade, para fazer o curso de agente de saúde. Ele não poderia imaginar como iria se apaixonar pela profissão. “Nosso trabalho é de ação e prevenção”, afirma Gerson, que acompanha o cotidiano de pessoas com diabetes, hipertensão, pacientes acamados, grávidas e puérperas na comunidade em que vive. O quintal de sua casa, onde cultiva as plantas medicinais, faz divisa com o Centro de Saúde Quilombo Tinguu — única unidade de saúde dentro de uma comunidade quilombola na região.

QUILOMBOS NO BRASIL

3.271 comunidades

2.729 certificadas pela Fundação

Cultural Palmares (Ministério da Cidadania)

241 tituladas pelo Incra

177.089 famílias

ESTADOS COM MAIS QUILOMBOS

Bahia: **797**

Maranhão: **766**

Minas Gerais: **381**

Pará: **259**

Fonte: Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) / Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (19/03/2019)

O Centro de Saúde — considerado uma conquista do movimento quilombola de Santarém — conta com uma equipe de Estratégia Saúde da Família (ESF), que atende não apenas à população do Tinguu, mas de outros quilombos do município. Um dos usuários é João Lira Rocha, 66, morador do Quilombo Murumuru — ele se considera um “parceiro da equipe” e narra que, quando tem consulta, vem a pé ou de moto com algum filho ou neto. Um dos principais problemas relatados pelos quilombolas é a dificuldade de acesso, seja pelas estradas de terra ou por barco. Daiana Maia é a enfermeira responsável pela unidade — por causa da distância, ela fica de segunda a sexta em Tinguu e somente nos fins de semana retorna para sua casa em Santarém.

A quase 30 quilômetros do município — uma parte do trecho em estrada sem asfalto —, moradores e profissionais de saúde relatam problemas quando ocorre uma emergência em saúde. “A ambulância é uma dificuldade. Para chamar tem que ter acesso à internet, só que a gente não tem. Quando precisa, eu me comunico com alguém da cidade, no caso meu marido, e ele entra em contato com o setor responsável”, relata Daiana. A unidade está sem médico desde janeiro: a prefeitura se comprometeu em mandar um profissional uma vez por semana para as consultas de maior urgência. Atendido anteriormente pelo Programa Mais Médicos, Tinguu já contou com uma médica cubana, que ficou por três anos, e com um brasileiro, que permaneceu por dois, mas precisou deixar o posto porque se mudou.

Ainda assim, Daiana e sua equipe fazem o que podem — ela narra, com brilho nos olhos, que não deixa faltar nenhuma vacina do Calendário Básico. “Eu sempre vou até a rede de frios [que distribui as vacinas] para garantir”, conta. Ela explica que os principais problemas de saúde dos quilombos da região são infecções sexualmente transmissíveis (IST), doenças crônicas e casos de infecção e diarreia por conta da contaminação da água e ausência de saneamento. A enfermeira também acompanha as grávidas quilombolas durante o pré-natal. “No início, a maioria das gestantes não se importava. Hoje elas veem bem precocemente”, pontua. Pela dificuldade de deslocamento na estrada, principalmente durante o período de chuvas, ela recomenda que as gestantes fiquem em Santarém, na casa de algum conhecido, quando o parto está próximo.

O Centro de Saúde conta com 12 ACS, que percorrem os quilombos, além de técnicos de enfermagem e equipe de saúde bucal. Uma das agentes é Irliclei Costa, do Quilombo Nova Vista do Ituqui, uma comunidade de várzea, que relata que a principal dificuldade é o transporte no período das cheias. “Nosso trabalho tem muitas alegrias, mas também experiências dolorosas. As casas são longe uma da outra e preciso da ajuda do meu irmão para me levar de casa em casa de rabeta [barco]”, explica. Outra questão que afeta a saúde dos quilombos é a proximidade das terras com um lixão — os moradores já denunciaram que o aterro sanitário não toma providências para evitar a contaminação dos igarapés e do Lago do Maicá com

os resíduos que escorrem com a chuva. “O chorume do lixão desce pela serra e cai no igarapé. Gera contaminação da água, tanto do rio quanto dos lençóis freáticos”, alerta Bena, líder da comunidade.

Os quilombos de Santarém têm uma representante no Conselho Municipal de Saúde, Claudiana Lírio, que aponta que a saúde quilombola é uma área negligenciada. “Nós temos ações no SUS voltadas para indígenas, mas não temos políticas efetivadas para quilombolas”, avalia. Segundo ela, uma das principais barreiras é que essas populações não conhecem seus direitos e não sabem como funciona o SUS. Claudiana considera que a questão mais grave que afeta a saúde nos quilombos é a falta de água potável e saneamento. “As comunidades ainda usam o sistema de fossas. Quando o rio enche, principalmente em área de várzea, eles tomam a mesma água”, pontua.



DA ÁFRICA À AMAZÔNIA

As comunidades “afro-amazônidas” lutam para manter vivas as tradições culturais — nas escolas e nas festas tradicionais. O pedagogo Josivan Laurindo, de Saracura, ressalta que o aprendizado dos alunos no quilombo reúne o conhecimento que vem de fora com a preservação dos saberes locais. “O maior insumo pedagógico está nas comunidades, nas pessoas, no modo de vida, na pesca e na agricultura. Nós buscamos o conhecimento dos mais velhos, que chamamos de *griots*”, comenta, ao mesmo tempo que destaca a importância da lei 10.639 de 2003, que inclui no currículo a temática da história e cultura da África.

Segundo ele, é preciso romper com a visão dos livros de história que mostram “o negro acorrentado” para

ênfazer “o negro que ajudou a construir o Brasil”. Ele conta que a comunidade recebeu, certa vez, um visitante de Cabo Verde que ressaltou: “Professor, é um prazer conhecer uma comunidade africana dentro do Brasil”. Morador da ilha, Josivan cursou Letras e Pedagogia tardiamente e hoje sonha em fazer mestrado na área de educação: “Eu nunca tinha pensado dessa forma. Somos o encontro da África com o Brasil”, reflete. Moradora da comunidade de Arapemã, também na área de várzea, Ana Cleide destaca que não é possível negar as raízes quilombolas. “Temos sangue na veia dos escravos que vieram da África, passaram pela Cabanagem e foram se perpetuando nessas ilhas todinhas aí. Somos filhos desse povo”, considera.

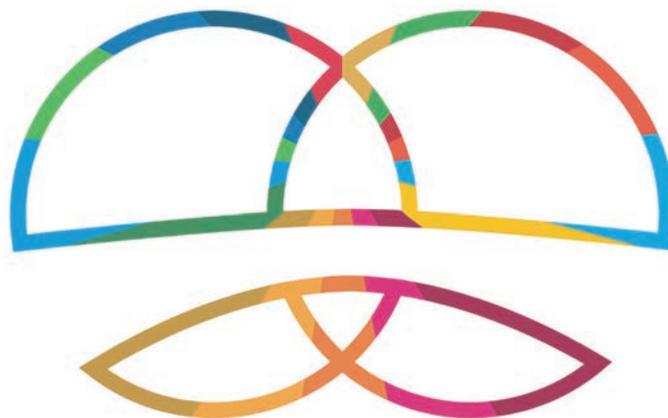
Cleide do Arapemã é também cantora e fez da música um instrumento para fortalecer a identidade quilombola. “Eu sou negra nagô/ No sangue, na raça/ E na cor”, diz uma de suas letras. Ela ajudou a organizar o movimento de mulheres quilombolas “Na raça e na cor”, que tiveram suas histórias registradas em vídeo pela organização Terra de Direitos. “A gente sentia que havia pouca participação das mulheres na organização quilombola, por isso criamos esse movimento para elas ocuparem seus espaços”, relata. No Quilombo Saracura, presidido por uma mulher, Jucimara, a líder do grupo “Meninas do Quilombo” é Ivonilde de Jesus Santos, agente comunitária de saúde (ACS). São cerca de 20 mulheres que se reúnem para discutir violência de gênero e outros temas. “Às vezes a mulher é muito dominada pelo marido. Pensam que ela casou só para fazer comida e lavar roupa”, afirma. Ela conta com orgulho sobre a aprovação de seu filho, de 20 anos, no curso de Gestão Pública da Ufopa: “Nosso povo não desiste. Somos resistentes, mesmo sabendo que nossas lutas não serão fáceis.”

As comunidades que vivem da pesca e da colheita celebram os frutos da terra e das águas em festivais tradicionais — como a festa do tucunaré, do cupuaçu, do caju, do açaí e, a mais recente, do jerimum. “Surgiu a ideia de fazer o Festival do Jerimum para que se pudesse dar mais valor ao produto. Dele se faz bolo, pudim, salgado, doce, purê”, conta a líder de Saracura, Jucimara, a respeito da festa realizada pela primeira vez no ano passado. “Não tem uma comunidade por aqui que goste mais de festa que o nosso povo”, brinca Dileudo Guimarães, do Quilombo Bom Jardim. Ele ressalta que as tradições culturais são uma forma de resistência dos povos negros. “Ser negro é também uma história de fé. É a gente viver nesse mundo buscando ter direitos iguais”, declara. “Quem foi que disse que o negro não tem valor? / Que o negro não tem sentimentos? / Que o negro não sente dor?”, pergunta Cleide do Arapemã na letra de uma de suas canções, “Negra nagô”. Na África que resiste na Amazônia, o sentimento é de luta e pertencimento. (LFS)

As comunidades afro-amazônidas — como o Quilombo Saracura — nasceram da resistência à escravidão e lutam pela preservação de sua cultura

LEIA MAIS EM RADIS.ENSF.FIOCRUZ.BR





COOPERAÇÃO SUL-SUL NO MAPA GLOBAL

2ª Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul e Triangular (PABA+40) reafirma compromisso com desenvolvimento sustentável

PAULO BUSS *

Chefes de Estado e de governo, altos representantes de mais de 190 países-membros das Nações Unidas, além de especialistas e ativistas de todo mundo estiveram reunidos na 2ª Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul e Triangular (PABA+40), que aconteceu entre os dias 20 e 22 de março em Buenos Aires, na Argentina. A reunião, considerada a maior já realizada sobre o tema no âmbito da ONU, contou ainda com 1.500 participantes, entre eles integrantes de universidades, ONGs e fundações filantrópicas, em debates promovidos a partir do tema: “O papel da cooperação Sul-Sul e a implementação da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: desafios e oportunidades”.

A segunda conferência ocorre 40 anos após o já histórico encontro que lançou, em 1978, o Plano de Ação de Buenos Aires (PABA), que foi a base de todo o entendimento posterior sobre como os países do Sul cooperariam entre si (veja matéria na pág. 31), com características diferentes da tradicional cooperação Norte-Sul, desde então muito mais

motivada por interesses econômicos e políticos dos países ricos do Norte em relação aos países pobres do Sul do que realmente o desenvolvimento destes últimos.

A cooperação Sul-Sul, por outro lado, é uma modalidade que promove intercâmbio de experiências, especialistas, recursos e inovações tecnológicas, além de formação de recursos humanos, com base na solidariedade e na ajuda mútua entre países, de modo a resolver problemas de desenvolvimento de seus povos e encontrar soluções para questões econômicas e, nos dias de hoje, temas ambientais e sociais que promovam a qualidade de vida de suas populações.

A sessão plenária de abertura da conferência reuniu o presidente argentino Mauricio Macri, também presidente da conferência, a equatoriana María Fernanda Espinosa Garcés, atual presidente da Assembleia Geral da ONU, António Guterres, secretário geral das Nações Unidas, Ingha Ronda King, presidente do Conselho Econômico e Social (ECOSOC), Achim Steiner, administrador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Adonia Ayebare, presidente

designado do Comitê de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul, Attiya Nawazish Ali Khan, subsecretária-geral da Câmara Islâmica de Comércio, Indústria e Agricultura do Paquistão, representando o setor privado, e Vitalice Meja, diretor executivo da Reality of Aid Africa, representando a sociedade civil. O Brasil, escolhido um dos vice-presidentes da conferência, representou os estados da América Latina e Caribe. A relatoria geral foi atribuída à Estônia.

As discussões foram divididas em três grandes eixos: As vantagens comparativas e oportunidades da cooperação Sul-Sul e o intercâmbio de experiências, melhores práticas e casos exitosos; os desafios e o fortalecimento do marco institucional da cooperação Sul-Sul e a cooperação triangular; a ampliação dos meios de implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável a partir da cooperação Sul-Sul e da cooperação triangular. Dezenas de eventos paralelos foram organizados por instituições e entidades diversas sobre os mais diferentes temas relacionados ao desenvolvimento, inclusive a saúde (ver na página XX).

Na sessão final do evento, os participantes aprovaram um documento de 12 páginas e 37 parágrafos, ocasião em que se promoveu um acalorado debate em torno de questões polêmicas, dada a natureza diversa dos participantes: países em desenvolvimento (a maioria) e desenvolvidos, grupos como a União Europeia, G77 + China, União Africana, além de demais atores como as Nações Unidas e da sociedade civil.

FOCO NA AGENDA 2030

O grande diferencial da conferência foi seu foco no desenvolvimento, particularmente na Agenda 2030 do Desenvolvimento e seus ODS, incluindo a Agenda de Ação de Adis Abeba (AAAA), que trata especificamente das questões de financiamento. Os compromissos assumidos entre países e grupos de países para se ajudarem mutuamente nos problemas em comum parece ter sido o grande ganho da reunião, segundo manifestaram participantes.

Por outro lado, a conferência adotou como seus os termos do Plano de Ação de Buenos Aires de 1978, reconhecendo a importância e atualidade da maioria de seus princípios e valores, assim como conclusões, recomendações e métodos de trabalho. Curiosamente, o mesmo já havia ocorrido na Conferência sobre Cuidados Primários de Saúde, da Organização Mundial da Saúde (OMS), realizada em Astana, que da mesma forma assume os termos da também quarentona Conferência e Declaração de Alma Ata (*Radis* 195). Há muito em comum entre as duas estratégias, a cooperação Sul-Sul desde o princípio sendo referência para a colaboração entre países, visando a implementação da atenção primária em saúde.

No tocante à superação da pobreza e da pobreza extrema, foram muito valorizadas as políticas públicas de transferência de renda condicionadas — a exemplo do Bolsa Família, do Brasil — mencionado em diversas oportunidades. Como organizar o programa, identificar destinatários adequados, monitorar e avaliar, além de garantir fonte estáveis de recursos, estiveram entre as preocupações e a busca de soluções dos países que pretendem implementar esta estratégia vencedora em diversos países em desenvolvimento. Medidas eficazes de



Mauricio Macri, presidente da Argentina, e Antonio Guterrez, Secretário-Geral da ONU, cumprimentam-se na abertura do evento.

redução das desigualdades econômicas e sociais experimentadas em alguns países também estiveram na pauta, ainda que localizadas em espaços regionais ou locais de menor magnitude geográfica e populacional.

PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO

Uma dimensão ressaltada no documento da conferência foi a de que, enquanto a cooperação Norte-Sul continua sendo a principal modalidade de colaboração para o desenvolvimento, nas últimas décadas a cooperação Sul-Sul expandiu seu escopo, facilitou a integração regional e forneceu abordagens inovadoras para a ação coletiva. O aprofundamento dessas estratégias foi pedido e recomendado pela maioria dos países participantes.

De fato, houve uma proliferação de mecanismos regionais de integração — casos que incluem a UNASUL, na América do Sul, a ASEAN, no Sudeste da Ásia, e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC, no seu acrônimo em inglês), apenas três exemplos dos muitos que surgiram nas últimas décadas. Tais processos de integração política e técnica se deram a partir do marco da cooperação Sul-Sul e fizeram prosperar soluções comuns para os desafios do desenvolvimento em suas diversas dimensões.

Em muitas ocasiões, países do Norte, tradicionais doadores, entraram com recursos financeiros e de outra natureza para facilitar que se concretizassem os planos dos países parceiros do Sul. Esta cooperação triangular foi destacada pelos participantes como muitas vezes decisiva na implementação da cooperação Sul-Sul.

Outro processo de articulação mencionado como dimensão positiva foi a cooperação inter-regional, por meio da qual blocos de países se articulam em processos colaborativos onde todos ganham. É o caso, para citar apenas casos que envolvem a América Latina, do ASPA (processo de integração



do bloco de países da América do Sul com Países Árabes), do ASA (América do Sul-África) e do FOCALAL (Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste).

Neste cenário, os participantes lamentaram o fim da UNASUL. No último dia da conferência, numa triste coincidência, o presidente Macri encontrava-se no Chile para, com representantes de outros países da região, formalizar o fim da união e o início do ProSul (Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul). Todos os países do continente sul-americano foram convidados, com exceção da Venezuela, com o objetivo de que se integrem ao bloco. Destes, confirmaram sua participação Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Guiana, Equador, Paraguai e Peru. Bolívia, Uruguai e Suriname não compareceram à cúpula, mas enviaram representantes que apenas observaram a reunião, sem firmar o documento constitutivo.

CAPACITAÇÃO E ENDIVIDAMENTO

A capacitação para o desenvolvimento foi outro tema que apareceu na conferência, como desafio e demanda. Inúmeros países apontaram suas necessidades não só de recursos financeiros — imprescindíveis — mas também de recursos humanos e tecnológicos capazes de fazer a diferença nos programas de desenvolvimento. Outra preocupação registrada no documento final da conferência se refere ao aumento nos níveis de endividamento externo dos países em desenvolvimento em todo o mundo.

Sobre o assunto, os participantes pediram aos mutuários e credores que abordassem os desafios ligados à sustentabilidade da dívida como uma questão prioritária, a fim de evitar um impacto negativo no desenvolvimento de longo

prazo e no alcance dos ODS no âmbito da Agenda 2030. Eles também reconheceram que a escassez de recursos continua a dificultar a expansão da cooperação Sul-Sul e triangular, e ressaltaram a necessidade de mobilizar recursos de todas as fontes — públicas, privadas, nacionais e internacionais.

Ainda em referência ao financiamento, os participantes solicitaram que as instituições financeiras e de desenvolvimento multilaterais, regionais e bilaterais considerassem o aumento dos recursos financeiros e da cooperação técnica para esses fins, ao mesmo tempo em que enfatizavam a necessidade de revigorar o papel das Nações Unidas quanto aos recursos existentes.

CHAMADO À AÇÃO

Numa apreciação ao final da Conferência, Jorge Faurie, ministro das Relações Exteriores da Argentina, declarou que a reunião trouxe um renovado espírito de apoio à cooperação Sul-Sul. Ele observou que o mundo vive um momento delicado, com tensões resultantes das demandas insatisfeitas dos povos do mundo, e destacou a importância do multilateralismo. Nesse contexto, instou os participantes a transformar o documento final do evento em um roteiro para os próximos anos e traduzir seus compromissos em progressos tangíveis.

Maria Fernanda Garcés, presidente da Assembleia Geral da ONU, avaliou que o documento final da conferência reflete a evolução da cooperação Sul-Sul, mas advertiu que esta deve se adaptar à realidade em evolução. Ela alertou que a transferência Norte-Sul e Sul-Sul de tecnologias — fundamental para o avanço da educação, comércio, agricultura e medicina, entre outros setores — caso não seja usada adequadamente, pode aprofundar ainda mais as desigualdades existentes.

Saúde e qualidade de vida

A cooperação Sul-Sul em saúde é uma realidade global, estimulada por estratégias das agências da ONU. José Roberto Ferreira, um veterano funcionário aposentado da OPAS, considerado um dos Heróis da Saúde das Américas, (honroso título concedido pela organização a poucas pessoas na região) apontou a profunda inserção da organização, desde a emergência do conceito, em 1978, com a Cooperação entre Países em Desenvolvimento (CTPD), estimulado por meio de bolsas, intercâmbio de especialistas e adoção de soluções singulares desenvolvidas por países em desenvolvimento no continente.

Em todos os processos de integração regional de saúde entre países em desenvolvimento, a cooperação Sul-Sul tem papel preponderante na solução comum de problemas e de iniciativas de promoção de melhor governança e melhores práticas nas diversas dimensões dos sistemas de saúde. Para refletir sobre tais experiências e apontar caminhos para catalisar o alcance da “saúde universal”, a OPAS organizou um evento paralelo sobre Cooperação Sul-Sul e saúde, visando o compartilhamento de experiências no setor. A reunião contou com a participação de seis especialistas, que discutiram questões conceituais e metodológicas críticas para o momento atual.

As experiências de cooperação Sul-Sul para o alcance dos objetivos de saúde foram reportadas por Maureen Birmingham, representante da OPAS na Argentina, que discorreu sobre o que vem ocorrendo no país; Esteban Caballero, diretor regional da UNFPA para a América

Latina e Caribe, apresentou questões relacionadas à saúde reprodutiva e migração regional; José Luis Busto, vice-presidente do Instituto Nacional de Doações e Transplantes, na Argentina, relatou a ação do instituto em diversos países da região, numa relevante experiência de cooperação Sul-Sul, em uma especialidade médica de suma importância e que implica em alto nível de solidariedade.

Representante do Brasil, Paulo Buss, diretor do Centro de Relações Internacionais em Saúde (Cris/Fiocruz), discorreu sobre a cooperação Sul-Sul na era do SUS (últimos 30 anos), mostrando a importância da saúde na cooperação internacional do Brasil, destacando os temas que classificou como “ativos sociais de qualidade” do SUS: Estratégia Saúde da Família, Farmácia Popular, enfrentamento do HIV-AIDS e programa nacional de imunizações, entre outros objetos de cooperação Sul-Sul em saúde com países da América Latina e Caribe e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Coordenador da área de Cooperação Sul-Sul da Secretaria Geral Ibero-Americano (SEGIB), Martin Rivero Illa reportou a valiosa experiência de cooperação Sul-Sul promovida pela organização internacional nos países onde atua, entre eles o programa Gran Chaco — que reúne regiões muito deprimidas do ponto de vista sócio-econômico e sanitário do Paraguai, Brasil, Argentina e Bolívia — e que poderá se constituir num importante espaço de trabalho conjunto destes mesmos países para a implementação da Agenda 2030 e seus ODS, com ênfase particular no ODS3, saúde e qualidade de vida.

Citando exemplos positivos na América latina e no Caribe, ela indicou que o Sul global emergiu mais forte nos últimos 40 anos, desde a adoção do Plano de Ação de Buenos Aires, e avaliou que a solidariedade irá promover um futuro ainda mais brilhante.

Antônio Vitorino, Diretor-Geral da Organização Internacional para as Migrações (OIM), congratulou-se com o documento final da conferência por realçar as mudanças significativas que vem ocorrendo nas arenas políticas e econômicas internacionais, entre elas a migração internacional, com implicações para todos os países em áreas como saúde, educação, trabalho, comércio e desenvolvimento. Ele apelou para a expansão dos acordos existentes sobre o assunto no contexto da cooperação Sul-Sul, apontando que a migração entre os países em desenvolvimento já excede a registrada do Sul para o Norte.

DO DOCUMENTO À AÇÃO

O compromisso fundamental registrado no documento final da PABA+40 é vincular a cooperação Sul-Sul a soluções

originais, construídas no Sul global para o Sul global — o que equivale dizer “de” e “para” os países em desenvolvimento —, com a implementação da Agenda 2030 do Desenvolvimento e seus Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Não há dúvidas de que a conferência posicionou definitivamente a cooperação Sul-Sul no mapa global, revitalizando seus principais princípios e valores, estabelecidos no histórico documento Plano de Ação de Buenos Aires, de 1974, e reafirmado ao longo de quatro décadas em outros eventos, como a Conferência de Nairóbi, no Quênia, por ocasião das comemorações dos 30 anos do PABA.

O que se espera é que a carta se transforme em resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, marcada para setembro, em Nova York, quando será apresentado a todos os chefes de Estado e de governo. Espera-se também que seja acolhido por um âmbito de mais alto nível “como seu” — como se diz no jargão diplomático da ONU — transformando-se em documento oficial do Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (United Nations Office for South-South Cooperation – UNOSSC). 

■ PAULO BUSS É DIRETOR DO CENTRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS EM SAÚDE (CRIS/FIOCRUZ)

DO TEU SAUDOSO OSWALDO

Exposição com cartas pessoais de Oswaldo Cruz revela dimensão humana do sanitarista

Amplamente reconhecido por ser pioneiro no estudo de doenças tropicais e por empreender campanhas de combate às principais epidemias que afetavam o Brasil na virada do século 19 para o 20, como febre amarela, peste e varíola, o médico e sanitarista Oswaldo Cruz (1872-1917) ainda tem sua faceta mais íntima pouco conhecida. A partir de mais de 340 cartas, cartões-postais, bilhetes e fotografias trocados com sua família, a exposição “Do teu saudoso Oswaldo”, em cartaz até 30 de junho no Centro Cultural Correios, no Rio de Janeiro, revela o homem por trás da figura pública que influenciou uma geração de jovens médicos e pesquisadores brasileiros.

Nas mais de 340 correspondências sob a guarda da Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz) recebidas e enviadas entre 1889 e 1917, quando morreu, aos 44 anos, é possível concluir que o sanitarista era um pai amoroso e zeloso, um marido romântico e espiritualoso, um viajante fascinado pela modernidade das metrópoles europeias e norte-americanas, um homem que não hesitava em expor seus mais profundos sentimentos.

Sua principal interlocutora era a esposa, Emília da Fonseca, a quem carinhosamente chamava Miloca ou Miloquinha. “Minha querida noiva, tu e meu bom pai são as estrelas que me guiam através dessa vida. Ele com conselhos sábios e edificante exemplo, e tu, minha amada e idolatrada Miloca, com os teus carinhos e com o teu puro e santo amor”, escrevia em 18 de abril de 1891. Ele não escondia a impaciência para receber resposta da amada, a quem escreveria quase diariamente quando estava longe.

A saudade era uma constante nos textos impressos em papéis de carta com timbres de hotéis e navios. Oswaldo não disfarçava a tristeza causada pela distância dos entes queridos, provocada por longas viagens que com frequência o privavam do convívio familiar. Deixar de ter notícias, mesmo que por um par de dias, era um martírio. “Este sofrimento moral por que vocês estão me fazendo passar aniquila-me por completo”, queixou-se logo após sua chegada a Washington em 1907.

Nas correspondências estão testemunhos das viagens do cientista pelo Brasil, pela Europa e pela América do Norte. Desde sua posse como diretor geral de Saúde Pública em 1903, Oswaldo assumiu a tarefa de sanear os portos marítimos e fluviais do país. Em 1905, realizou uma longa expedição rumo ao norte do país, cobrindo 22 portos, desde o Rio de Janeiro até Manaus. Cinco anos mais tarde, retornou à região amazônica para realizar a profilaxia da malária, doença que dizimava trabalhadores envolvidos na construção da estrada Madeira-Mamoré. As cartas enviadas a Miloca acabaram se transformando em uma espécie de diário de viagem, nos quais o sanitarista registrava suas impressões sobre uma realidade social e econômica ainda desconhecida. Além da descrição da natureza exuberante e dos costumes locais, Oswaldo relatava sua indignação diante da miséria.

Em 1907, o cientista foi a Berlim para participar da Exposição de Higiene e Demografia. De lá seguiu para o México, passando antes pelos Estados Unidos, para assegurar ao presidente Theodore Roosevelt que o porto do Rio de Janeiro, livre da febre amarela, era seguro para as embarcações norte-americanas. Em cartas enviadas à esposa durante a viagem aos Estados Unidos, onde conheceu os “arranhadores de céus” nova-iorquinos, o cientista deixou claro seu fascínio pela modernidade.

Em 1911, uma nova exposição levaria Oswaldo a Dresden, na Alemanha — dessa vez em companhia da filha Lizeta. No caminho revelou a esposa o desejo de permanecer na Itália por alguns anos dedicando-se ao estudo das artes, se estivesse reunido com toda a família. Anos depois, durante a Primeira Guerra, Oswaldo é obrigado a abandonar Paris às pressas e se estabelecer em Londres. Com receio dos ataques dos submarinos alemães a navios no Atlântico, deixou a família em Londres e retornou sozinho ao Brasil.

Na exposição, concebida pelo jornalista Glauber Gonçalves, há ainda uma série de filmetes em formato de stories (narrativa audiovisual curta, hoje popular nas redes sociais), em que os atores Bruno Quixotte, João Velho e Rafael Mannheimer interpretam trechos das cartas. (BD)

SAINDO DO ARMÁRIO DA PARALISA CEREBRAL

Em "Special", série de comédia dramática que estreou em 12 de abril na plataforma Netflix, o ator e roteirista Ryan O'Connell interpreta a si mesmo: um jovem gay com paralisia cerebral leve que tem dificuldade de se assumir uma pessoa com deficiência por medo de sofrer discriminação no mercado de trabalho e nos relacionamentos. A *sitcom* é baseada no livro autobiográfico "I'm special: And other lies we tell ourselves" (Sou especial: E outras mentiras que contamos a nós mesmos, ainda não publicado no Brasil), em que Ryan tratou pela primeira vez publicamente de sua deficiência depois de passar anos deixando que seus colegas acreditassem que mancava por sequelas de um acidente de carro — que ele realmente sofreu. Em episódios de 15 minutos, a história narra com humor o caminho de autoaceitação do personagem.



DIVULGAÇÃO



DIVULGAÇÃO

TEMPORADA

Grande vencedor do Festival de Cinema de Brasília em 2018, de onde saiu com cinco prêmios (melhor filme, atriz, ator co-adjuvante, fotografia e direção de arte), "Temporada" agora está disponível na Netflix. O filme acompanha o caminho da agente de endemias Juliana, papel da atriz Grace Passô, pelas ruas da periferia de Contagem (MG). O diretor, André Novais, já foi agente de saúde e usou sua experiência para retratar as peculiaridades da função. Ao mesmo tempo em que conhece outros modos de vida entrando de casa em casa, a personagem reflete sobre seus próprios problemas com o marido e lida com um trauma do passado.

SARAMPO NO ACERVO

Ao registrar uma maior procura sobre o sarampo em seu acervo desde abril, quando o Brasil perdeu o certificado de erradicação da Opas (*Radis* 199), o portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) divulgou que há em seu acervo cerca de 700 referências sobre a doença, entre elas artigos, entradas de referência, capítulos de livros, recursos textuais e resenhas. Para pesquisar o conteúdo gratuitamente, acesse o portal <https://bit.ly/2VNfXeJ>.

O HOMEM E A DOENÇA

Doença e morte são fenômenos inerentes à vida. Aos humanos, é dada a possibilidade de pensar sobre esses fenômenos. O blog www.ohomemeadoenca.com.br traz histórias dos embates entre os homens na defesa das próprias ideias sobre sua natureza e origem, bem como dos modos de evitar e tratar doenças. Saberes e habilidades que desde sempre conferiram a seus detentores prestígio e fortuna, tanto em comunidades tribais quanto nas complexas sociedades urbanas contemporâneas. O autor é o médico sanitário Guido Palmeira, professor do Departamento de Epidemiologia e Métodos Quantitativos em Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz).

TRABALHO E AMBIENTE

A edição 24.3 (março) da Revista Ciência Saúde Coletiva trata de trabalho e ambiente. Os artigos apresentam questões tão persistentes quanto antigas: acidentes; prejuízo à saúde do trabalho em turno; exposição a agrotóxicos; e o risco de contrair o vírus HIV por parte de algumas categorias, como a dos caminhoneiros. A edição aporta também trabalhos sobre temas pouco explorados como: estimativa de vida livre e incapacidade funcional dos trabalhadores no país; qualidade de vida das mulheres trabalhadoras; e estresse excessivo em determinadas categorias. No editorial, o médico Francisco Antonio de Castro Lacaz, professor da Escola Paulista de Medicina, da Universidade Federal de São Paulo, faz uma contundente crítica à Reforma Trabalhista, particularmente nos pontos em que ela promove a precarização do trabalho e afeta a saúde física e mental dos trabalhadores.



A usurpação do interesse público na Democracia Tupiniquim

MARIA HELENA WEBER

Um dos problemas da democracia contemporânea brasileira pode ser identificado na redução da dimensão pública inerente a esse tipo de regime constituído pelo voto. Esse processo pode ser identificado, especialmente, em dois perversos movimentos que bem demonstram a ofensa à dimensão pública da comunicação, capitaneada pelos atuais governos federal e estaduais. A perversidade está na concepção sobre comunicação pública (imaneente à democracia), na interpretação do artigo 223 da Constituição Federal e da Lei 11.652/2008 que criou a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e definiu princípios e objetivos da radiodifusão pública.

O primeiro e assustador movimento está no desrespeito à comunicação pública compreendida como síntese das manifestações e do debate público constituídos na opinião pública, na imprensa e por públicos que reivindicam o respeito aos direitos humanos e à liberdade. São muitos os exemplos, centrados na retórica presidencial e no modo peculiar de governar que expõem, sem pudor, a mistura do público e do privado, a dependência religiosa, a intromissão familiar e a relativização da competência ministerial. Os discursos autoritários desqualificam a sociedade, envergonham o país e surpreendem a comunidade internacional. A simplificação dos problemas nacionais relacionados, por exemplo, à educação aponta para a ruptura entre a política e a comunicação exigida pelas democracias.

O segundo movimento está no desmonte dos meios de radiodifusão pública, com intervenções sistemáticas do governo federal (desde Michel Temer) na gestão, investimentos e conteúdos da EBC (rádios e televisão). Outro exemplo é o fechamento formal, mas de legalização pendente, da Fundação Piratini (mantenedora da TV e Rádio Cultura do Estado do Rio Grande do Sul), proposta do ex-governador José Sartori aprovada no pacote de extinção de fundações pela Assembleia Legislativa do RS. Trata-se do projeto de desqualificação social e cultural herdado de Temer e implementado pelo presidente J. Bolsonaro, como demonstram os recentes atos do Governo contra a EBC.

Interesse público, participação social e comunicação são princípios da Democracia; dimensões imanentes de sustentação dos governos republicanos, nos explicam a história, a ciência política e a sociologia. (...) Os poderes da República

devem ser exercidos em nome do interesse público, sendo que a deturpação desse princípio facilmente nos remete aos populismos e autoritarismos que dependem da propaganda e do controle da informação.

As últimas notícias sobre a EBC indicam este caminho. Estrategicamente, a NBR (governamental) e a EBC (pública) são fundidas em nome da promoção e da visibilidade controlada do Poder Executivo. É uma decisão coerente de quem deseja particularizar ações públicas; promover as reformas desejadas e excluir o debate público.

A luta dos movimentos pela democratização da comunicação e acesso à informação conquistaram, na Constituição de 1988, espaço e definições sobre a comunicação pública, especificamente, a radiodifusão que a Constituição caracteriza como sistemas complementares entre público, privado e estatal. O sistema privado regido pelo mercado (embora sejam concessão do Estado); o sistema estatal vinculado aos governos, como a NBR; e o sistema público constituído na hibridação entre o interesse editorial e o interesse do Estado, desde que garantido por conselhos administrativos plurais e investimento governamental. (...)

O esforço do governo federal em controlar e reduzir a EBC, assim como os projetos políticos de extinção de emissoras públicas (vide Fundação Piratini) são exemplos graves da irresponsabilidade governamental perante a democracia. Contrariando os objetivos cidadãos da radiodifusão pública, o governo valoriza os interesses corporativos e o proselitismo descontrolado. Sem poder justificar a censura, mantém a propaganda de governo, a comunicação pessoal nas redes sociais e, finalmente, costura a NBR (sistema estatal) à EBC (sistema público) como plataforma de visibilidade e propaganda. (...)

Nesse momento crucial para a defesa da democracia brasileira, precisamos usar nosso conhecimento, nossa produção intelectual, nossas histórias e bandeiras para defender a educação, instância única para a cidadania. Apostemos, também, sem resignação, que outras instituições públicas, especialmente, as universidades, possam ampliar seus canais de comunicação com a sociedade e alimentar o debate público, em defesa da democracia e da comunicação pública.

Leia o texto completo no site de *Radis*. 

■ Coordenadora Geral do Observatório da Comunicação Pública (OBCOMP) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O texto foi publicado como editorial do observatório sobre a fusão das emissoras NBR (estatal) e TV Brasil (pública), anunciada pelo presidente da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Alexandre Graziani, em 9/4

